

Janeiro 2007

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:
Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:
Development Workshop-Angola

Endereço:
Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:
+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:
cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:
LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1	Redução da Pobreza e Economia	1
1.1	Maior endividamento em vista.....	1
1.2	Recuperação económica só em Luanda.....	1
1.3	«Os cidadãos já começam a ter uma relação com o sistema bancário»	1
1.4	População mais pobre sem acesso a informação	2
1.5	Zaire deixa de importar mandioca na RDC.....	3
1.6	Produção de energia aumenta 30%.....	3
1.7	ONG junta-se à combate a pobreza	4
1.8	Representante da FAO manifesta-se optimista quanto ao futuro do país	4
2	Mercado informal e microfinanças	5
2.1	Alto risco de monopólios no sector empresarial angolano	5
2.2	Polícia usa força para transferir vendedores da Estalagem	6
2.3	Estrangeiros dominam negocios de cantinas.....	8
2.4	Cerca de dez mercados rurais serão construídos na província	8
2.5	Falta de Contas bancárias condiciona concessão de micro-créditos a camponeses	9
2.6	A governação e o método.....	9
2.7	Aluguer de telefone.....	10
2.8	Quando o risco gera lucros fabulosos	10
2.9	Polícia economia destrói medicamentos e discos piratas	11
2.10	Trinta famílias carentes vão beneficiar de micro-créditos	11
3	Governação e Descentralização	12
3.1	Novos administradores municipais em Luanda serão empossados hoje	12
3.2	Os predadores de Angola aproveitam-se de um sistema de fraca governação	12
3.3	Administração da Samba apoia vítimas das Chuvas.....	13
3.4	Quando Kubango: Apresentada a nova administradora do Kuchi.....	13
3.5	Nova lei sobre a orgânica dos governos provinciais vai melhorar actuação das administrações.....	14
3.6	Cunene: Administração do Kwanhama analisa situação socio-económica do município	14
3.7	Administrações municipais de Luanda recebem carros de sucção.....	15
3.8	Governo realiza 35 acções do programa de melhoramento de vida das populações.....	15
3.9	Governador reúne-se hoje com administradores locais.....	15
3.10	Comissão de Protecção Civil e GPL empenhados na aplicação do plano emergência.....	15
4	Eleições e Educação Cívica	16
4.1	«Nuvens negras» no registo eleitoral.....	16
4.2	Maratonas não terão influência no voto.....	16
4.3	Votação nas eleições legislativas e presidenciais por Bairros	17
4.4	Influência do voto e validade dos documentos.....	17
4.5	Clima durante as eleições e mudanças para o País.....	17
4.6	Segunda fase do registo eleitoral arranca com 509 brigadas	18
4.7	Segunda fase de registo eleitoral inicia com muita aderência.....	19
4.8	Cidadãos que completam 18 anos até Dezembro de 2007 podem registar-se	19
4.9	Duas pessoas detidas com documentos falsos no registo eleitoral	20
4.10	Observação e fiscalização eleitoral centraliza debate político	20
5	Educação, Juventude e Criança	22
5.1	Abertura de mais universidades encarada com ceptismo	22
5.2	Crianças com necessidades educativas especiais terao escola no Huambo	22
5.3	Sector da Educação enquadra 2.500 professores na Huila.....	22
5.4	A falta de vagas no sistema de ensino.....	23

5.5	Ministério da Educação vai admitir cerca de 50 mil professores até 2009	23
5.6	Governo deve contribuir na garantia da oferta educativa pré-escolar.....	24
5.7	Ministro Burity defende alargamento da rede escolar para zonas rurais	25
5.8	Programa infantil comunitário beneficia mais de cem crianças.....	25
5.9	População da Regedoria de Mateus pede Instituto Médio	25
5.10	Conselho da Juventude e Unicef assinam acordo de cooperação.....	26
5.11	Alfabetizadas 4.059 pessoas no Kwanza-Norte	26
6	Terra, Habitação e Urbanização	27
6.1	A «faixa de Gaza» de Luanda	27
6.2	Conselho de Ministros aprova projecto de construção de 2500 casas no país	27
6.3	Agentes da polícia saqueam e ocupam residência ilegalmente.....	27
6.4	Família alega que advogada quer usurpar-lhe a casa.....	28
6.5	Amnistia internacional preocupada com direitos humanos em Angola.....	29
6.6	População mais pobre sem acesso a informação	30
6.7	Chuvas destroem 70 casas em Tchicala-Tcholoanga.....	31
6.8	Sete centros de acolhimento para duas mil famílias	31
6.9	Construção de duas mil casas na luta contra as calamidades	31
6.10	Zango: de solução a desilusão	32
7	Serviços Básicos	34
7.1	Confinados no mundo da podridão	34
7.2	"E impossível avançar datas para a erradicação da cólera"	35
7.3	Chuvas fortes causam mortes	36
7.4	Administração da Samba apoia vítimas das Chuvas	36
7.5	Mais de duzentos casos de cólera registados em Luanda	36
7.6	Sector de energia e águas cria modelo de gestão dos sistemas municipais	37
7.7	Administrações municipais de Luanda recebem carros de sucção.....	37
7.8	Autoridades receiam surgimento do surto de cólera na Boavista	37
7.9	Dos Santos solidário com as vítimas da chuva.....	37
7.10	Comissão de Protecção Civil e GPL empenhados na aplicação do plano emergência.....	38
7.11	Mau estado da rede afecta qualidade de água.....	38
8	Paz e Reconciliação	40
8.1	Soltura dos amnistiados em cabinda	40
8.2	Desarmamento da população, um imperativo nacional.....	40
8.3	Amnistia nao abrange Raul Danda.....	40
8.4	Cabinda, onde para o estatuto especial?	41
8.5	Angola integra Conselho da Paz e Segurança da União Africana	42
8.6	Angolanos de regresso ao País.....	43
8.7	Politico busca caminhos para reconciliação.....	43

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Maior endividamento em vista

Apostulado...18-01-07

As autoridades angolanas projectam uma maior endividamento este ano, tirando partido da conjuntura da sua economia.

O governador da Banco Nacional de Angola, Amadeu Maurício, anunciou esta perspectiva em declarações prestadas hoje à Rádio Nacional de Angola.

«Perante a regularização de atrasados para com os credores do Clube de Paris e a normalização das relações financeiras, perspectivamos um aumento da dinâmica no domínio da dívida externa, consubstanciada na contratação de novos créditos e oferta de recursos com qualidade adequada às nossas actuais necessidades», afirmou o responsável do banco central angolano.

Estima que os atrasados regularizados representam doravante «uma redução significativa» no total da dívida pública do país. Baixaram de 55% para 33% em comparação ao ano 2002. A sua amortização, recordou o governador, começou em 2003 com negociações bilaterais que beneficiaram a Alemanha, Bulgária, a Hungria, a Polónia e Portugal.

Em relação a Portugal, especificamente, o governador frisou que a dívida pública foi escalonada e a comercial regularizada com toda a banca e «uma parte significativa das empresas portuguesas

1.2 Recuperação económica so em Luanda

Folha8...20-01-07

Human Rights Watch diz no seu relatório anual que os sinais de recuperação e de prosperidade económica que se observam em Luanda, ainda não chegaram ao resto do país.

Segundo o relatório, a Comissão Nacional Eleitoral, instituição responsável pela preparação das eleições, está comprometida pela insuficiência de recursos técnicos, sobretudo nos municípios do interior, sendo por via disso, lamentável que as autoridades tenham começado a campanha de educação cívica apenas 43 dias antes do início do registo eleitoral.

A proibição pela polícia de Benguela da exibição de um documentário, produzido pela ONG Okutiuka, sobre um exercício de educação cívica, foi condenada e isso

para a HRW é uma clara demonstração do Governo de Angola, poder vir a manipular e seleccionar, também, os observadores regionais e mundiais para acompanhar o processo eleitoral.

No que toca a Cabinda a HRW considera que a despeito da assinatura, a 1 de Agosto de 2006, de um Memorando de Entendimento entre o Governo e o Fórum Cabindês para o Diálogo, a paz definitiva para o enclave não é um dado adquirido, sendo que a solução repousa na forma como o acordo vier a ser implementado na sua totalidade.

A detenção do activista político e jornalista Raul Danda, durante cerca de um mês, por liberdade de expressão e opinião é a todos os títulos reprovável, na opinião desta organização, bem como a ilegalização da Associação Cívica de Cabinda, Mpalabanda.

Numa abordagem sobre a comunicação social em Angola, aquela ONG diz que embora esteja em vigor uma nova lei de imprensa, aparentemente, mais arejada no que toca à liberdade, continua a não haver ainda assim, garantias para o exercício da liberdade de expressão como garante a lei constitucional angolana.

1.3 «Os cidadãos já começam a ter uma relação com o sistema bancário»

Capital...20-01-07

A Capital. Alguns analistas consideram que, nos últimos tempos aumentou entre a população angolana a cultura de poupança. Como é que interpreta esse facto?

Justino Pinto de Andrade - Essa cultura é uma coisa que se cria. Cria-se através da repetição de práticas. A cultura não é algo que nasce, a cultura cria-se. A cultura de poupança, na realidade está a ser criada, porque as pessoas agora, em alguns sectores da nossa sociedade, já começam a ter rendimentos que não são apenas para consumo, isto é, há cidadãos que já conseguem destinar uma parte dos seus rendimentos, uma parte para o consumo outra para a poupança, para reservar esses recursos, para projectos futuros, comprar uma casa, carros, mobília. E então, esse tipo de prática vai se interiorizando no seio da nossa população e vamos atingindo aquilo que a população shama de cultura de poupança. É fundamental que isso aconteça, porque se gastamos tudo aquilo que ganhamos, naturalmente, que as nossas condições de vida não vão melhorar quando muito, vamos mantê-las ao mesmo nível e nós só conseguimos manter melhor o nosso nível de vida se fizermos poupanças para adquirir meios duradouros que tenham uma grande longevidade, e meios que permitam também criar condições de comunidade de bem - estar que não são apenas criados com o

consumo. Hoje as pessoas correm aos bancos não só para depositarem os seus rendimentos, mas também para contrair empréstimos. Os cidadãos já começam a ter uma relação com o sistema bancário, que lhes permite antecipar rendimentos inclusive. E desta relação que se estabelece com o sistema bancário, que, a nossa sociedade vai aos poucos, normalizando.

AC - Acha que já se vai tendo alguma confiança no nosso sistema bancário?

JPA - Sim. Nós tínhamos há uns tempos atrás uma grande desconfiança em relação ao sistema bancário. É preciso recordar que as contas pagavam-se no banco, quando a banca era toda ela estatal, e que o banco era o banco nacional, havia contas que desapareciam, o valor do dinheiro era tão baixo, e se tornava fastidioso manter contas abertas de pessoas que tinham valores insignificantes. Naquela altura, não havia uma relação séria entre o cidadão e o Banco. Hoje com a definição mais correcta do papel do Banco central, e também com o aumento da banca privada, o cidadão começa a ter uma relação correcta com as instituições bancárias, e vão ganhando a pouco e pouco confiança com o sistema bancário. Há uma relação dialéctica entre o cidadão, os bancos e as empresas. Vamos assistindo ao longo dos tempos a apresentação de novos produtos, novos serviços por parte do sistema bancário e as pessoas vão sentir que de facto, o banco não é um local onde se vai buscar dinheiro, mas também o local onde se pode solicitar serviços que são úteis ao desenvolvimento da nossa vida. Eles começam as condições, uma vez que, vai havendo concorrência. Naturalmente que cada um vai ser estimulado para melhorar a oferta dos serviços que tem. Penso que com o tempo, vamos ter um sistema bancário cada vez mais desenvolvido e cada vez melhor preparado para estimular o desenvolvimento da nossa economia.

1.4 População mais pobre sem acesso a informação

Angolense...20-01-07

A nossa visita começou no bairro da Camama, propriamente na rua por detrás do Projecto Nova Vida. As ruas são vastas, as casas feitas de blocos, na sua maioria e não têm quintal não existe nenhum posto de distribuição de energia eléctrica, o que revelou que estávamos em mais uma zona sem acesso a este bem essencial a vida quotidiana. Algumas crianças passavam o tempo a Jogar cartas ou a saltar cordas.

No mesmo instante um senhor aproveitava a sombra de uma árvore para descansar. Identificou-se como Garcia Canga e disse que reside na zona há mais de três anos com os seus quatro filhos e a esposa.

A sua casa não foga a regra das outras existentes no

bairro. Um quarto e sala servem para acomodar toda a família. Nesta zona, nenhum electrodoméstico se acha nos cómodos. Garcia Canga nos explicou que até comprou alguns, mas que acabaram por se estragar devido a falta de uso em decorrência da falta de energia eléctrica.

"Nunca tivemos direito a electricidade", disse, para instantes depois acrescentar que só assiste televisão quando o seu vizinho do lado lhe permite, visto que o mesmo possui um gerador.

"Estou desempregado há dois anos, faço alguns trabalhos como mecânico de vez em quando, mas o que recebo não dá para comprar um gerador pequeno, por isso fico assim sem saber nada do que acontece", lamentou.

Naqueles arredores não existe também nenhuma escola ou hospital, o mais próximo é o da unidade geral do Golfe que fica distante da localidade.

Enquanto conversávamos, apareceu um outro morador, o mesmo que tem o privilégio de ter um gerador. Manuel Gaspar é o seu nome. "Por dia gasto mil kwanzas só para o combustível, quando fico sem dinheiro fico alheio ao que se passa no mundo" afirmou. Adicionou ainda que por aquelas paragens não passam jornais. "Somos totalmente esquecidos, enquanto os outros vivem muito bem, continuamos nessa miséria", realçou.

Logo que nos despedimos pediram-nos para que apelássemos aos governantes para olharem pela situação deles. "Pelos nossos filhos que se sentem diferentes dos outros, pedimos que façam alguma coisa para, pelo menos, termos energia", concluíram. Fica o apelo na viva voz dos residentes do bairro da Camama. No bairro da Fubu o cenário é idêntico, nada de energia eléctrica. Alguns moradores compram rádios pequenos onde conseguem ouvir algumas notícias, mas as dificuldades logo começam na aquisição das pilhas, visto que grande parte dos populares têm poucas fontes de rendimentos.

"As pilhas são muito caras, por dia gasta-se trezentos Kwanzas para as comprar", informou-nos Mingota Bernardo, de 17 anos.

No bairro Simeone a situação é ainda pior visto que quase toda a população tem como fonte de rendimento a venda num mercado local. Os lucros são pouquíssimos, mas a população contenta-se apenas por viver, não se preocupa mais em se informar.

"Porquê que iríamos querer nos informar sobre um país que não nos considera?", interrogou-se Carlos Sousa, morador da zona.

Fomos ainda ao bairro Danjaré, que se acha por detrás do Lar do Patriota. As casas são de madeira, sendo que algumas são de chapa.

Energia eléctrica, água potável e escola não fazem parte da vida daqueles cidadãos, em cada casa há uma

bancada onde se vendem vários produtos. É dessa forma que se sustentam.

As crianças brincam de tudo, mas estão impedidas de fazer o que mais gostam: ver televisão. Enquanto decidíamos com quem conversar, uma menina com o semblante triste aproximou-se. Chama-se Aninha, regressava da casa de uma vizinha que tinha um gerador. O seu objectivo era assistir televisão na casa dela, mas as filhas da mesma a puseram no "olho da rua".

"Quero também assistir televisão na minha casa", disse. Caminhámos com ela. Explicou-nos então que o seu sonho era ver televisão para também poder comentar sobre os desenhos animados de que os seus amigos tanto falavam.

1.5 Zaire deixa de importar mandioca na RDC

Jornal de Angola...20-01-07

A importação de mandioca (seca), o produto alimentar básico em alguns pontos do país, que os habitantes da província do Zaire adquirem na vizinha República Democrática do Congo (RDC), vai terminar com o arranque da campanha Agrícola 2006/2007, aberta recentemente na região.

De acordo com fonte oficial do governo local, o projecto, tutelado pela Direcção Provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Pescas e Ambiente, estipula estratégias assentes na erradicação da fome e da pobreza, ainda vigente ao nível das comunidades locais.

A província já efectuou o desbravamento de 432 hectares de terras aráveis mecanicamente, bem como prevê, para Março próximo, a preparação manual de 20 mil hectares, segundo revelou o director provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Pescas e Ambiente, Gouveia da Silva Pedro.

Para suplantar os constrangimentos em causa (fome e pobreza), segundo Gouveia Pedro, a campanha e envolveu 40 mil famílias camponesas em toda a extensão da província, cultivando quantidades enormes de mandioqueiras, o que poderá resultar na colheita de 63 mil 147 toneladas (mandioca) em toda a extensão da província.

Dos 40 mil agricultores seleccionados no Zaire, 25 mil e 500 são assistidos com instrumentos de campo e sementes, pelo governo da província e pelo Programa de Extensão e do Desenvolvimento Rural.

A opção pela mandioca deve-se fundamentalmente ao facto de as famílias camponesas a considerarem a cultura de maior relevância, porque "cobre melhor o grau de sustentabilidade das populações no meio rural, e grande parte da população local.

Na óptica do responsável, as chuvas, que se abatem

com regularidade na província, deixam antever resultados palpáveis, para a presente temporada, garantindo auto-suficiência alimentar à população.

Entretanto, o responsável apontou o estado de degradação das estradas como sendo um obstáculo ao processo de escoamento dos produtos de campo para a cidade

Gouveia Pedro que convidou a imprensa para constatar "in situ" o campo agrícola de Mbokoko, a maior cooperativa agrícola da província do Zaire cultivada numa extensão de 75 hectares.

No campo, as 350 famílias camponesas organizadas cultivam feijão, amendoim (jinguba), milho, gergelim, batata-doce e mandioca, representando esta última 50% do espaço no espaço cultivado.

1.6 Produção de energia aumenta 30%

Folha8...27-01-07

A Produção de energia durante 2007 vai aumentar 30 por cento em relação ao ano anterior passando de 3.379 para 4.814 gigawatts/hora, de acordo com fontes oficiais.

Em 2006, Angola investiu cerca de 650 milhões de dólares em projectos destinados a assegurar o aumento de produção de energia eléctrica.

O aumento de produção em 2007 está ligado à conclusão de vários projectos em curso, nomeadamente o da sub-estação de Luanda-Sul, com 220 KV, e o da linha de transportes de Cambambe/Viana/Cazenga, do Bengo e a subestação de Kifangondo/Mabubas.

Os dois projectos, avaliados em 67 milhões de dólares, são da responsabilidade da empresa pública chinesa China National Machinery and Equipment Import and Export Corporation (CME).

Estas empreitadas são consequência dos contratos assinados em Agosto de 2005 entre a Empresa Nacional de Electricidade de Angola e a CME no âmbito da linha de crédito concedida pelo Banco de Exportações e Importações da República Popular da China (Eximbank).

No caso da sub-estação de Luanda Sul, com 220 KV, e o da linha de transportes de Cambambe/Viana/Cazenga, o plano servirá para melhorar o fornecimento de energia porquanto o troço vai interligar a nova sub-estação VianaLuanda. A construção da sub-estação de Luanda Sul está orçada em 29 milhões de dólares e a da linha de transportes Cambambe/Viana/Cazenga, em 38 milhões de dólares. Até ao fim do primeiro trimestre do corrente ano, as

autoridades prevêem instalar 127 postos de transformação e duas sub-estações integradas na segunda fase do projecto de reabilitação e extensão das redes de média e baixa tensão de Luanda, avaliado em 40 milhões de dólares e que irá servir 26 mil clientes.

A primeira fase, avaliada em 15 milhões de dólares, decorreu de 2004 até ao primeiro semestre de 2006 e permitiu instalar 60 postos de transformação para atender 12 mil utentes.

No âmbito do programa de aumento da produção de energia já em 2007, com a reabilitação da linha de transporte iniciada em Fevereiro de 2006, a província do Kwanza Sul terá energia eléctrica a partir da barragem hidroeléctrica de Cambambe (Kwanza Norte).

Os trabalhos prevêem a montagem de cerca de 20 torres que facilitarão o transporte de energia eléctrica desde a barragem de Cambambe para a subestação do Amboim (Gabela) e, posteriormente, para as cidades do Sumbe e Porto-Amboim. No final de 2006 foi inaugurada a nova sub-estação Kifangondo/Mabubas, na província do Bengo, ao mesmo tempo que a capacidade de produção ficou reforçada com mais 60 megawatts de energia produzidos a partir da Nova Central Diesel dos Caminhos de Ferro e da Central Térmica do Cazenga.

Actualmente a Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda fornece 190 megawatts.

O governo lançou igualmente projectos destinados ao aumento de produção de energia nas províncias da Huíla e do Namibe.

1.7 ONG junta-se à combate a pobreza

Jornal de angola...28-01-07

A ONG angolana "Grupo de Apoio aos Povos Carentes" (GAPC) pre, tende este ano, de acordo com o seu plano de acção, trabalhar junto do gover, no do Zaire na redução dos níveis de pobreza em, tre a população rural da província.

Este dado foi revelado ontem, nesta cidade, pelo secretário executivo da organização vocacionada para a assistência e de, senvolvimento comunitário, José Soares Nenganga.

Em declarações à imprensa, José Soares Nenganga, em visita de trabalho de sete dias àquela província, indicou que constam das acções a serem implementadas nesta região, a melhoria do acesso aos cuidados básicos de saúde, a elevação do nível de consciencialização cívica dos cidadãos, o combate às grandes endemias, o aumento e acesso da população à água potável e a melhoria das condições de saneamento básico.

No plano económico, de acordo ainda com José

Nenganga, a sua organização vai apostar na criação de cooperativas de pesca artesanal, enquanto no ramo cultural as atenções estarão viradas para a gestão do meio ambiente e para promoção do eco-turismo entre as comunidades locais. A ONG pretende igualmente engajar-se na construção de latrinas e fontenários comunitárias, assim como na gestão do lixo hospitalar e doméstico, não perdendo de vista, na vertente económica, a promoção do micro-crédito a favor das camadas mais desfavorecidas da região.

O GAPE é uma Organização Não Governamental sem fins lucrativos, criada em Maio de 2000 com objectivo de promover a melhoria das condições sociais e ambientais entre as comunidades carentes.

1.8 Representante da FAO manifesta-se optimista quanto ao futuro do país

Angop...29-01-07

Angola poderá tornar-se, há curto prazo, num país com auto-suficiência alimentar, tendo em conta as potencialidades naturais que possui, segundo o representante da FAO, Anatolio Ndong Mba, que manifestou o seu optimismo quanto ao futuro promissor deste estado. O funcionário ao serviço da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura falava à Angop, no termo de um encontro mantido com o ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (Minader), Afonso Pedro Canga, recentemente empossado no cargo pelo presidente José Eduardo dos Santos.

"Angola possui enormes potencialidades que, além de tornar o país auto-suficiente alimentar, poderá servir de base para a distribuição de produtos para a região da Comunidade de Desenvolvimento de África Austral (SADC)", disse, reconhecendo os esforços do Governo neste sentido.

Segundo o equato-guinese, o seu primeiro encontro com o novo ministro serviu para passar em revista os programas da FAO e assegurar a continuidade da ajuda que este organismo vem prestando aos ministérios da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Pescas, Urbanismo e Ambiente e outras instituições afins. Ndong Mba precisou, por outro lado, ter transmitido ao seu interlocutor as felicitações do director-geral da FAO, pelo sua nomeação, e agradecer o apoio institucional que o Governo angolano tem prestado ao organismo que representa neste país, há mais de dois anos. Recordou que a FAO opera em Angola desde 1989, na base de programas de emergência, traduzidos na distribuição de viveres, para refugiados e deslocados de guerra, e capacitação das comunidades para a

produção de sementes. Com o alcance da paz, disse, este organismo direccionou as suas prioridades para programas de desenvolvimento, destacando o apoio de segurança alimentar, institucional e capacitação dos recursos humanos, cuja execução é feita em parceria com os Governos sul-africano, espanhol, italiano e a União Europeia, além dos micro-projectos dirigidos às comunidades rurais.

2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

2.1 Alto risco de monopólios no sector empresarial angolano

A Capital...13-01-07

Quando a concorrência é praticada de forma organizada, esta gera sempre melhoria na qualidade dos bens e serviços produzidos, além de permitir preços cada vez mais atractivos, tal como asseguram especialistas como o economista Fiel Constantino, que olham para o consumidor como o grande beneficiário. Todavia, a falta de um instrumento legal que garanta o respeito por uma disputa saudável periga a sobrevivência de um fenómeno que, em qualquer economia, é gerador dos grandes benefícios a favor dos consumidores.

Na verdade, Angola já pode ser tomada como um pequeno exemplo de um mercado onde a concorrência, nalguns ramos, já é efectiva, sobressaindo os sectores das telecomunicações, da banca, ou dos seguros, que, em função da entrada de novos operadores, tem permitido a diversificação de serviços e preços cada vez mais competitivos.

Mas esses sinais, decorrentes de uma concorrência ainda em emergência no país onde, há coisa de uma década, o Estado era o operador exclusivo, até mesmo em mercado de retalho, pode revelar-se algo de vida efémera.

Ambições de multinacionais estrangeiras, incluindo de influentes grupos empresariais angolano ligados aos diversos ramos de actividade, evidenciam sinais que fazem tê-los como claros inimigos da concorrência. A esses se junta também o próprio Estado que, contra o esforço visando transferir algumas responsabilidades empresariais e comerciais para entidades privada, recua surgindo com um tal de Presild, para disputar o mercado retalhista, naquilo que comerciantes com interesses no negócio qualificam de concorrência desleal.

Uma das práticas que também indicia concorrência desleal é, sobretudo a constante procura, por parte de certos grupos empresariais influentes, de posição

dominante sobre determinados segmentos de mercado nos quais possuem interesses. Algo que ocorrendo por via da aquisição de direitos de propriedade, ou compra de acções de empresas que lhes são concorrentes.

O objectivo é, de acordo com algumas experiências, fazer com que o mercado se sujeite às regras de quem detém o monopólio do negócio, principalmente no que a fixação de preços diz respeito, sem que, em contrapartida, haja grande preocupação relativamente a qualidade daquilo que é oferecido ao consumidor.

O ramo cervejeiro é, a par da indústria de refrigerantes, um negócio em que os indícios apontam que, mais cedo ou mais tarde, venha a estar concentrado em mãos de uma única entidade. Com excepção da ainda não expressiva N'gola, as três grandes cervejeiras do país, nomeadamente a Cuca, a Nocal e a Eka, têm a mão da Brasseries Internationales Holding (BIH).

Nas duas últimas, o grupo que substituiu a francesa BGI na gestão da Cuca, entrou na estrutura de accionistas, por via da aquisição das acções antes detidas pela empresa holandesa Heineken. Assim, a BIH é presentemente dona de uma parcela de 26,4 por cento das acções na Nocal, enquanto na Eka, sediada no município do Dondo (Kuanza Norte), detém algo como 46 por cento do capital.

Já na cervejeira Cuca, o referido grupo possui acções na ordem de 13 por cento. Este factor faz prever um cenário de monopólio a favor da BIH que, com eminente privatização da indústria cervejeira do país, pode reforçar a sua posição de domínio nesse segmento de mercado.

Cenário de monopólio também é previsível na indústria de refrigerantes, onde, apesar da evidente «agressividade» da Refriango, dona de marcas como a Blue e a American Cola, a Coca - Cola detém claramente o domínio desse mercado.

Recentemente, o apêndice em Angola da multinacional americana incluiu no seu leque de produtos a marca nacional Youki, adquirida da Cuca, naquilo que parece ser um esforço visando garantir o domínio da indústria de refrigerantes. Tal tendência, que também é um sintoma noutras áreas de actividade empresarial, ameaça uma concorrência que, entre nós, é ainda frágil. Tudo isso sucede por um motivo simples: o facto de o país não se dispor ainda de um instrumento que assegure o funcionamento eficiente dos mercados, de modo a garantir a equilibrada concorrência entre empresas, contrariando as formas de organização monopolista e a reprimir os abusos de posição dominante e outras práticas anticoncorrência.

LEI DA CONCORRÊNCIA EM ESTUDO

A pensar num mercado, marcado por uma concorrência aguerrida, o Governo tem já em estudo uma proposta de lei que prevê a salvaguarda da concor-

rência, afastando quaisquer abusos de posição dominante e outras práticas lesivas dos consumidores. No seu artigo 3º, o projecto de Lei, inspirada da lei que regula a concorrência em Portugal, proíbe os acordos e práticas concertadas entre empresas e as decisões de associações de empresas que «tenham por objecto ou como efeito impedir, falsear ou restringir a concorrência no todo ou em parte do mercado nacional».

Tal proibição visa, no essencial emprestar, num quadro de livre iniciativa e economia de mercado, competitividade às empresas.

O documento, com 48 artigos, proíbe ainda os auxílios às empresas concedidos por qualquer ente público ou através de recursos públicos, susceptíveis de restringir ou afectar a concorrência.

Na verdade, uma economia como a de Angola tem motivos de sobra para clamar por uma lei da concorrência. Num artigo da autoria de Russell Pittman, chefe da Secção de Política de Concorrência, do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, por exemplo, aponta alguns motivos que explicam a importância de uma lei de concorrência nos países em desenvolvimento.

Segundo Pittman, a maioria dos países nesse estágio possuem economias cheias de grandes empresas que dominam determinadas áreas de actividade, frequentemente por causa de políticas e práticas governamentais do passado. Quando tais empresas forem privatizadas, de acordo com Pittman, «elas não receberão de bom grado o surgimento da concorrência para os seus produtos no mercado doméstico, e poderão tomar medidas com o objetivo de impedir a importação ou a distribuição de tais produtos concorrentes».

Contra isso, diz o especialista, caberá às autoridades encarregadas do cumprimento da legislação de concorrência a tarefa de neutralizar essas iniciativas, garantindo que a abertura das fronteiras ao comércio resulte em uma concorrência verdadeira e eficaz nos mercados domésticos. Numa segunda razão, Pittman analisa os casos em que a liberalização económica incluiu a quebra do monopólio das grandes empresas, onde pode haver uma tendência, por parte dos administradores dos componentes recentemente separados das velhas empresas, a cooperar em vez de competir no mercado.

Para ele, tal cooperação pode assumir a forma de acordos para a formação de cartéis, e tais acordos podem ser facilitados pela criação de associações de empresas do mesmo ramo cuja relação de membros consiste de todos os novos componentes da velha empresa.

Assim como o comportamento abusivo das empresas dominantes, se a cartelização em vez da concorrência

for o resultado da liberalização, muitos dos benefícios da liberalização não atingirão o público.

2.2 Polícia usa força para transferir vendedores da Estalagem

Angolense...13-01-07

Seis horas da manhã. Dois patrulheiros da polícia estão posicionados no triângulo da moagem Kwaba junto a paragem de táxi com o mesmo nome. O local está as moscas, os taxistas fotam "escorraçados" para 800 metros além do local habitual, nas cercanias do famoso "Coelho".

A correria é grande, as pessoas estão de cima para baixo a procura de táxis. Uma grande moldura humana caminha a pé, da nova paragem até a Incutal e vice e versa. O cenário faz lembrar pessoas a fugirem da guerra, é muita gente andar a pé, porque a polícia interditou as paragens.

Do outro lado do asfalto, verificam-se longas filas de viaturas, no sentido ascendente, os carros estão estáticos.

O ambiente de agitação e reclamações desperta a curiosidade do repórter que de imediato procura se inteirar do assunto. "A polícia está a destruir as quintas onde vendiam os antigos vendedores da Estalagem, eles madrugaram para evitar resistência por parte dos vendedores", informou um transeunte.

Depois da informação, fomos atrás dos factos. O clima está caótico, há polícias em tudo quanto é canto. Os efectivos estão "armados até aos dentes", só faltam os "jactos" de água quente. De trezentos em trezentos metros estão dois agentes da polícia perfilados ao longo da estrada. Alguns cidadãos estão a ser interceptados, revistados e algemados pela polícia. Para já, se desconhecem as razões das detenções consideradas de arbitrárias. Os utilizadores de matas "rápidas" também não escapam da mão pesada dos agentes.

A operação de retirada compulsiva dos vendedores é garantida pelo efectivo da VII Divisão de Polícia, Brigada Canina e pela Unidade Operativa de Luanda.

O repórter se dirige para um dos principais focos do problema, aliás, em regime provisório, os vendedores estavam subdivididos em três grupos. Uns na quinra junto à igreja Carólica do Km12, na rua da Mamã Muxima, outros na chamada zona dos Eucalípras baprizada como "Sualalé" e alguns no quintalão da "Mamã Gorda".

Na entrada que dá acesso aos dois últimos locais acima

mencionados, existe um apinhado de gente. O acesso a esses locais não está nada fácil, a polícia está a interditar os vendedores e outros que querem recuperar os negócios deixados nas casas de processo e outros bens.

No meio da confusão, o repórter consegue transpôr a barreira da polícia. O controlo é composto por agentes e alguns fiscais do município que, de cassetetes em punho coadjuvam os homens da ordem. Desses locais só se sai, não se pode entrar.

Bancadas espalhadas no chão, paus, blocos, chapas é o cenário que se verifica. Tudo indica, de acordo com alguns vendedores que, o derrube das mesmas foi feita por um tractor. Daqui não ficou pedra sobre pedra, até algumas casas de processo onde os vendedores guardavam os seus negócios não foram poupadas.

Como um mal não vem só, segundo um adágio popular, os aproveitadores não ficaram à margem. Paus, blocos e chapas que serviam de suporte de bancadas e barracas de comes e bebês, foram roubados. Os negócios nas casas de processo foram pilhados pela população e pela própria polícia. A viatura de marca Toyota com a chapa de matrícula LDS-51-25 é um exemplo do que estamos a narrar. Durante a operação a referida carrinha procede a transportação de bens surripiados para a esquadra policial dos contentores do Km-12.

Oito horas. Polícias em cavalos escalam o local da operação para o pânico da população.

O desenrolar da operação continuou, ora detendo taxistas ora recebendo negócio às senhoras, como são os casos das vendedoras de água e não só.

A acção da polícia é manchada por irregularidades, porque para além da detenção de cidadãos, há rumores de que a proprietária do quintalão, a "Mamã Gorda", foi agredida brutalmente pelos agentes por alegadamente ter incitado os vendedores a permanecerem no local. Essa informação não é confirmada por outras fontes, apesar de todos os esforços. O relógio marca 12 horas, cinco viaturas da Brigada Canina acaba de abandonar o "teatro das operações", mas permanecem no local outros ramos da polícia.

A partir desse momento, a circulação rodoviária começou a ganhar vida, embora as pessoas continuem a caminhar a pé devido a escassez de táxis, rotas curtas e especulação do preço da corrida. Aliás, essa é uma doença crónica nos últimos tempos por essas paragens, os candongueiros cobram, por exemplo, da Estalagem até aos Congolezes cem a 150 Kwanzas e ninguém põe ordem no circo.

O NOVO MERCADO É UMA POUCA VERGONHA

A destruição das quintas transformadas em mercado

era um facto, nada mais havia a fazer senão avaliar as condições do novo, no Km-28.

Para lá rumamos. Uma placa afixada na entrada chama atenção para o novo local de vendas. Do asfalto até a nova quitanda são mais dois quilómetros, mas das condições propriamente ditas, nada existe de concreto.

O único factor de realce é de que o local é de facto muito vasto, não existem dúvidas de que pode ser equiparado com o mercado Roque Santeiro.

É um descampado, sem condições nenhuma de saneamento básico, higiene, casas de banho, as casas de processo são débeis e feitas de chapa de zinco, portanto, susceptíveis a roubos.

Em relação a água, o local dispõe apenas de dois tanques particulares e outros tantos em construção. É nesses tanques onde os vendedores adquirem a água para fabricar blocos e erguer as barracas.

Cada um safa-se como pode, mobiliza os seus meios e constrói a barraca que deve obedecer os seguintes critérios: a estrutura é feita de blocos numa dimensão de cerca de dois metros ao quadrado, revestido de ferro em volta e coberto de chapa de zinco. As barracas em construção estão separadas por ruas bastante largas. "Nem todos têm condições para fazerem as barracas que estão a ser exigidas, os lugares são gratuitos", explicaram algumas vendedoras.

Sem medo de errar, podemos afirmar que os vendedores foram retirados de "mercados" desorganizados, mas foram igualmente transferidos para um local em piores condições. Não eram essas as condições que se esperavam de um mercado municipal, porque persiste o receio de que com o andar das coisas, um dia as pessoas voltem a ser retiradas daquele local. Esse mercado é simplesmente uma pouca vergonha, as autoridades deveriam no mínimo construir naves para proteger as pessoas do sol, para não falar da poeira, o principal inimigo que os vendedores poderão enfrentar nos próximos dias.

No local o Angolense não conseguiu contactar o responsável pela administração do novo mercado, porque se encontrava ausente.

Por outro lado, o problema que persiste é a não indemnização das camponesas que cultivavam no local agora transformado em mercado. "Pediram para tratar uma ficha, isso foi feito mas até agora administração de Viana continua a dar curvas para dar o dinheiro", disse uma antiga agricultora.

Enquanto isso, o local em que se achava o antigo mercado da Estalagem foi transformado em antro de bandidos, consumo de drogas, assalto e violações sexuais. Mesmo depois de vedado, o mesmo que em tempos rendeu receitas aos cofres do estado está voltado ao abandono e transformado em depósito de lixo, casa de banho pública, enfim ...

O lugar, comentam os munícipes de Viana, deveria ser

aproveitado para a construção de uma instituição de utilidade pública, no caso um hospital, um instituto médio ou uma central de energia. Serviços esses que tanto fazem falta aquela municipalidade.

2.3 Estrangeiros dominam negócios de cantinas

Jornal de Angola...17-01-07

MOHAMED é de nacionalidade libanesa, explora uma cantina na Avenida dos Combatentes defronte ao edifício do Banco de Poupança e Crédito (BPC). A comunicação entre ele e a cliente, identificada apenas por Lídia, é deveras sofrível. Mohamed nem consegue dizer o preço da lata de chouriço, que a cliente pretende comprar.

O comerciante está a dar os primeiros passos na língua portuguesa. Pois, está em Angola há apenas 4 meses. Mas já explora duas cantinas, onde lucra diariamente mil e 500 dólares.

Para praticar o comércio, conta que não teve dificuldades. O segredo foi ter pago 600 dólares a um cidadão angolano (não revelou o nome), que, oportunamente, lhe concedeu o cartão da Direcção Provincial do Comércio, pelo aluguer do documento.

A história é quase sempre repetida por todos os interpelados pelo Jornal de Angola. É o caso de "Mollo", equato-guineense, que explora uma cantina nas proximidades do Kinaxixi. Um veterano nestas andanças, explora igualmente duas cantinas, uma das quais situada no casco urbano.

A do casco urbano tem uma afluência diária de mais de 60 clientes, com receitas de mais de 400 dólares semanal, sempre com um pendor acima da média estabelecida.

Os impostos são, na generalidade, pagos pelos proprietários, com o propósito de se evitar que seja desmascarada a cumplicidade do estrangeiro no negócio de cantinas, proibida por lei, e evitar descarrilamento do negócio.

Nas várias cantinas que a reportagem do Jornal de Angola passou, pôde constatar um atropelo nas normas de sanidade e armazenamento dos produtos, representando um autêntico risco à saúde do consumidor.

Muitos produtos ali expostos apresentam rótulos com data de caducidade duvidosa ou inexistente. Para agudizar a situação, existem marcas também de origem duvidosa, aliada à sua má conservação.

Muitos documentos em uso, passados, pela Direcção do Comércio, estão caducados, ao mesmo tempo que apresentarem uma péssima conservação e pouca visibilidade. nas palavras.

"Muitos documentos são para exercer o comércio no Bº Palanca, mas o cantineiro exerce a actividade numa outra área de Luanda. Tem sido sempre assim, o que é ilegal", disse um inspector da Direcção Provincial da Polícia Económica, que, na altura, se encontrava no local.

Estas irregularidades foram, de igual forma, constatadas nas cantinas perfiladas no bairro Azul. Ali podem ser vistos alvarás e documentos passados para as cantinas do bairro Palanca.

O fosso existente entre o cumprimento das leis que regulam o comércio precário, provavelmente aliada à alegada débil fiscalização de algumas estruturas do comércio, estão na base da proliferação de muitas cantinas na baixa de Luanda, contrariando os pressupostos estabelecidos que proíbe o comércio precário na parte urbana, segundo o inspector.

A partir da ronda realizada, em Luanda, pelo Jornal de Angola, conclui-se que grande parte das cantinas é explorada por estrangeiros da África do Oeste, que, para o efeito, contam com a conivência dos nacionais, que, em troca de algumas gorjetas, passam as suas licenças àqueles. A nossa Reportagem não pôde contactar nenhum dos proprietários, por estes, conscientes da ilegalidade da sua atitude, temerem a reacção das estruturas competentes.

2.4 Cerca de dez mercados rurais serão construídos na província

Angop...18-01-07

Pelo menos dez mercados rurais serão construídos este ano na província do Bié, com vista a facilitar as trocas comerciais entre os produtos da cidade e os do campo, informou hoje no Kuito o director da Indústria, Comércio Hotelaria e Turismo, George Ndongo. O responsável sublinhou que os referidos mercados serão construídos com material caseiro nas principais vias de acesso aos municípios e comunas, bem como em locais com maior fluxo de pessoas, visando facilitar o escoamento dos produtos, bem como reduzir as longas caminhadas que as populações tem vindo a percorrer.

Sem revelar o montante a ser empregue na construção, o responsável revelou que o governo local, tomou também esta iniciativa por forma a expandir os mercados urbanos e rurais, bem como para albergar grande parte de vendedoras de rua, melhorando a qualidade de vida das mesmas e garantir a higiene das

idades.

Manifestou-se preocupado com a prática do comércio exagerado de bebidas alcoólicas nas lojas, cantinas e barracas, em vez de produtos alimentares, estimulando, segundo a fonte o alcoolismo e outros males na população, com maior realce na juventude. O sector da Indústria, Comércio, Hotelaria e Turismo no Bié, controla 867 estabelecimentos comerciais, 52 pequenas indústrias, 32 centros turísticos, oito hotéis, destes apenas quatro estão em pleno funcionamento, cinco restaurantes e 11 pensões, respectivamente..

2.5 Falta de Contas bancárias condiciona concessão de micro-créditos a camponeses

Angop..20-01-07

A falta de contas bancárias, por parte dos beneficiários, condiciona a concessão de micro-créditos aos camponeses dos municípios de Buco Zau e Belize, norte de Cabinda, soube hoje a Angop do secretário executivo da Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-Pecuárias de Angola (Unaca), nesta província, Samuel António. O responsável frisou que de acordo com os critérios de atribuição de micro-créditos, os beneficiários devem ter contas bancárias e estarem organizados em associações de camponeses ou cooperativas agrícolas, evitando que o dinheiro seja entregue a mão com todos os riscos imprevisíveis.

Cada grupo de cinco associados ou cooperadores recebe o equivalente em kwanzas a mil e 500 dólares, com um período de seis meses de graça. Samuel António indicou que a falta de contas bancárias por parte dos camponeses de Buco Zau e Belize deve-se a não existência de agências de bancos comerciais nos respectivos municípios, pelo que se recomenda os potenciais candidatos a micro-créditos a abrirem suas contas na agência do Banco de Poupança e Crédito, no município de Cacongo. Entretanto, o processo decorre normalmente nos municípios de Cabinda e Cacongo, desde Dezembro do ano transacto. A província conta com 22 cooperativas agrícolas e associações de camponeses, com um total de dois mil e setenta e dois afiliados.

2.6 A governação e o método

Terra Angolana...20-01-07

Em termos modernos, governar é antes de mais planificar, organizar e criar equilíbrios entre diversas classes sociais, governados e governantes e entre indi-

víduos. Daí a importância do método.

A organização da actividade governativa assim concebida, para ter êxitos, precisa ter o homem como ponto fulcral pois, como ser racional, tem aspirações, expectativas e angústias.

Os agentes do estado investidos de poder de governar seus concidadãos, não têm muito que pensar. Os métodos e meios, bem como as estratégias já se encontram esboçados nos manuais bastando para tal a sua consulta e aplicação.

A questão do ordenamento territorial e da organização do comércio informal bem como da rede retalhista interna vêm colocando à prova a capacidade do governo, com fortes possibilidades de criar focos de tensão entre governados e governantes.

Parece cada vez mais evidente que os agentes do estado, sobretudo em Luanda onde os terrenos são muitas vezes questão de vida e morte, não se convenceram que há necessidade de planificação e uso do método. Vários episódios, vão ocorrendo diariamente. A mudança que a administração de Viana propôs aos vendedores da Estalagem para o Quilómetro Trinta, é um exemplo que pode ser citado para ilustrar o fracasso das políticas de governação.

Apesar de se propalar a modernidade do novo mercado, não foram medidos outros efeitos colaterais que a mudança haveria de originar, nomeadamente os transportes públicos que facilitassem a vida dos vendedores que moram naquela zona. Como resultados imediatos desta medida, a maior parte dos visados não mudaram para o lugar indicado e criaram espaços inadequados ao redor do muro da antiga praça, afectando deste modo o saneamento e o tráfego automóvel.

Em retaliação, a administração Municipal de Viana enviou uma força policial no dia 9 de Janeiro ao local para retirar os vendedores ambulantes. Com excesso de zelo, e abuso do exercício do cargo, estes, até dinheiro dos vendedores levaram.

O episódio do mercado da Estalagem ilustra a necessidade de que sempre que o estado pretender desalojar cidadãos de uma localidade, devem estar previamente preparadas todas as condições. No cumprimento da sua missão de manter a ordem e a tranquilidade, invariavelmente os agentes da polícia incorrem em abusos aos direitos dos cidadãos, por causa do excesso de zelo e em alguns casos, manifesta falta de conhecimento de regras que regulam o relacionamento entre os agentes e o povo.

O Terra Angolana, acompanhou no dia 8 de Janeiro pelas 9h. 40 minutos, um destes tristes episódios protagonizado por agentes da polícia Nacional na praça das pedrinhas, no bairro Terra Nova.

Um carro carregando agentes policiais equipados com armas de fogo, dirigiu-se àquele pequeno mercado.

Logo, desceram e recolheram os cestos de repolho, tomate, cenoura e outros haveres. Em seguida espalharam tudo na via pública. Em acto contínuo, o motorista começou a fazer gingana pisando toda mercadoria. Tudo diante das proprietárias e de outras pessoas que passavam pelo local. O Terra Angolana soube no local que esta é uma prática diária dos agentes. Outras vezes, levam os haveres. Em entrevista a este jornal, o senhor Bernardo Avelino morador naquele bairro, disse: " Deus terá que encontrar uma maneira de resolver este problema. O povo está cansado com esta gente que não têm pena das pessoas que sacrificam a vida para sobreviverem". Uma das senhoras, cuja mercadoria foi estragada, interrompeu a conversa dizendo em tom melancólico: " Digam-me como sustentar meus filhos". Porém o Terra Angolana quis ouvir o sargento que chefiava a expedição policial, mas este apenas ordenou o avanço da viatura, para não prestar qualquer declaração.

2.7 Aluguer de telefone

Jornal de Angola...24-01-07

A venda de chamadas telefónicas instalou-se no mercado, principalmente na capital do país, Luanda. Segundo constatou uma equipa de reportagem do Jornal de Angola, o aluguer de telefones gera empregos e rendimentos. Com um cartão de recarga de 125 UTT da Unitel, comprado a 900 kwanzas, os vendedores dizem que conseguem obter lucros de 500 a 900 kwanzas. Às vezes, eles arrecadam dois mil kwanzas de lucro e chegam a recarregar o telefone, num único dia, duas ou três vezes. Questão: o que está na origem do surgimento deste tipo de negócio?

José Afonso, estudante

Creio que a aquisição de cartões de recarga propicia a venda de chamadas por minuto.

Beatriz Jorge, estudante

Em minha opinião, o surgimento deste tipo de negócio deveu-se à falta de emprego de muitos jovens, que, não tendo outra alternativa, enveredaram pela venda de chamadas.

José Miguel, estudante

Uma vez que as chamadas telefónicas surgiram para suprir as necessidades que os cidadãos tinham de comunicarem com outras pessoas, os jovens negociantes, usando a imaginação, resolveram facilitar a vida dos cidadãos cobrando chamadas a um bom preço.

Zenaida Simões, estudante

Penso que essa questão surge da falta de emprego. Muitos destes jovens preferem negociar chamadas para conseguirem lucros em pouco tempo.

Alice Bernice, funcionária pública

Apesar de se venderem cartões da Unitel e Movicel ao preço de 900 kwanzas, o negócio das chamadas decorre do facto de que muitos não têm a possibilidade de adquirir esses cartões sempre que necessário.

Francisco Domingos, agente de cozinha

Em minha opinião, o surgimento deste pequeno negócio advém da falta de emprego. Como muitas famílias possuem uma baixa renda, muitas pessoas trabalham vendendo chamadas para a sua sobrevivência.

Anacleto Eduardo, estudante Actualmente, os cidadãos precisam cada vez mais de efectuar chamadas a tempo e hora. Por isso, surgem os comerciantes de chamadas para facilitar a vida de muitos.

Manuel Francisco, estudante

A venda de chamadas telefónicas veio suprir a carência de muitos cidadãos, que, por vários motivos, percorriam grandes distâncias para falar nas cabinas.

2.8 Quando o risco gera lucros fabulosos

Jornal de Angola...24-01-07

Debaixo de uma sombra está sentado Carlos Bule, de 25 anos de idade, à espera de cliente. Há dois anos que se dedica à venda de combustíveis, uma actividade que ele considera uma "verdadeira mina de ouro". "Os lucros são satisfatórios", gaba-se.

Bule desenvolve a sua actividade a 500 metros das bombas de combustível do Golfe II. Na venda de 5 litros de gasolina, que compra a 300 kwanzas, obtém uma margem de lucro de 200 kwanzas.

No início do negócio, Carlos Bule investiu 600 kwanzas na compra de 200 litros de gasolina. A partir dali, a actividade prospera e nunca mais parou. Só foi investindo todo o dinheiro que conseguia e, "no fim de cada dia, recolho somente-lucros".

No princípio, a preferência do negócio de Bule apontava apenas para a venda de gasolina. Agora, com o volume dos negócios em alta, incluiu no pacote comercial o gasóleo e os lubrificantes (como óleo 30 e 40). Cada litro de óleo, quer 30 quer 40, custa ao cliente 350 a 400 kwanzas: Já cinco litros de lubrificante Castrol, comprado a 2 mil kwanzas no mercado informal, são vendidos a 3 mil e 500 kwanzas.

"Eu, por dia, consigo arrecadar acima de 20 mil a 30 mil kwanzas. Há dias em que facturamos mais, noutros

subimos de receitas, sobretudo quando as bombas de combustível apresentam dificuldades", explica, visivelmente satisfeito.

As bombas de combustível do Golfe II são a principal fonte de abastecimento, onde a princípio pagava a preço oficial. Com o tempo, os empregados das bombas, para abastecer os "bidões", cobram mais 50 kwanzas por cinco litros de gasolina e igual quantidade para os outros produtos.

Carlos Bule explicou que, além de abastecer nas bombas oficiais, conta também com o fornecimento de combustível por parte de alguns camionistas de viaturas que transportam o produto a serviço de determinadas empresas. "Se falha de um lado, do outro funciona.

Apesar disso, o negócio continua a ser "rentável", com cifras a subir muito mais na fase do final de ano, altura em que chegam a vender cinco litros de gasolina a 500 kwanzas.

"Dezembro é o mês em que facturamos mais. Nesta altura, nós ditamos o mercado e quase que as bombas ficam sem combustível e o mercado de combustíveis é dominado por nós".

Bule reconhece a ilegalidade do comércio do combustível. Conta que, muitas vezes, já teve de interromper a actividade para fugir à Polícia, evitando que fosse multado.

2.9 Policia economia destrói medicamentos e discos piratas

Angolense...27-01-07

Quinta-feira, 18, coluna por um. O destino era o Instituto Médio de Ciências Policiais, a destruição de material fonográfico e hospitalar era aprioridade da Polícia Económica. Apaixonantes da música, autoridades da saúde e da defesa dos direitos do autor, se mobilizaram em torno de uma só causa - o combate a pirataria e a destruição de medicamentos expirados São cerca de três toneladas de diverso material fonográfico e hospitalar. O referido produto começa agora a ser retirado de uma carrinha e despejado num buraco, onde uma empresa de construção retira terra para a sua actividade. Poucos minutos depois da descarga, foi posto a arder tudo. Do material destruído, destacam-se medicamentos em mau estado de conservação e fora do prazo de validade, cassetes áudio, discos compactos e DVD's.

De acordo com o chefe de Departamento Nacional dos Delitos de Propriedade Intelectual da Direcção Nacional de Inspeccção e Investigação das Actividades Económicas, Apolinário António Domingos, os produtos destruídos resultaram de uma operação realizada o ano passado.

O inspector-geral da Saúde, Kiala Simão, testemunhou a cerimônia e apelou a sociedade ajudar as autoridades

a combater a venda ilegal de medicamentos no mercado informal, por ser uma prática que afecta todos os cidadãos. "Das três toneladas, uma e meia é de medicamentos deteriorados", disse.

À margem do encontro, Kiala Simão falou a reportagem do Angolense a respeito da venda ambulante de sangue humano.

Notou que essa prática teve lugar no mercado do São Paulo, mas os mesmo exerciam tal actividade mediante apresentação de um cartão de doador de sangue. Após isso, o doador levava o interessado para um posto médico onde se executava todo um processo.

"A imprensa precipitou a fuga desses indivíduos, a denúncia deveria ser feita em "off" só depois de detidos é que, se deveria difundir a informação. Para venda do sangue os interessados apresentavam o respectivo grupo sanguíneo, depois é que esse grupo entrava em acção. Perdemos uma grande oportunidade para se prender esses indivíduos", lamentou. Quanto actividade, é de opinião que é uma forma de se desencorajar aqueles que teimam em fazer uso de medicamentos fora dos prazos, porque no seu entender, o remédio tem a função de curar mas quando é mal utilizado pode matar.

Lopito Feijó, da Sociedade Angolana dos Direitos do Autor (SADIA), era um homem triste pelo facto dos músicos não se fazerem presentes ao acto, alguns dos quais os discos foram destruídos naquele dia.

"Os músicos foram convidados mas não compareceram, não tenho outra palavra para exprimir, é triste", lamentou. O responsável disse que o acto se reveste de capital importância, sobretudo na defesa dos interesses dos autores nacionais e estrangeiros. Apelou a sociedade para que se eleve o nível de consciência social por parte dos autores, bem como daqueles que praticam a pirataria, como forma de combatê-la.

2.10 Trinta familias carentes vão beneficiar de micro-créditos

Jornal de Angola...18-01-07

Trinta famílias de baixa renda, residentes no Lubango, província da Huíla, vão beneficiar de micro-créditos, a partir de Março do corrente ano, com vista a melhorar as suas condições de vida.

Cada família vai receber um crédito de 200 dólares, inserido no programa de acção social à reintegração de crianças e adolescentes em situação de risco. O referido programa é levado a cabo pelo MINARS na Huíla.

O projecto vai beneficiar famílias com rendimento abaixo de 1 dólar/dia, que residem no bairros Tchioco, Comercial, Maringa, Sofria, Lucrécia, Mitcha e Kalumbiro.

Pequenos negócios poderão ser realizados, perspectivando-se a auto-suficiência dos beneficiários. Para tal, os tutores das famílias que vão beneficiar do financiamento estão a ser capacitados sobre questões que se prendem

Com a gestão financeira, tipos de negócio a realizar, contabilidade básica, entre outros.

Na óptica da responsável da secção de infância do MINARS na Huíla, Francelina Tomás, a atribuição do crédito garantirá a sustentabilidade financeira das famílias de baixo rendimento.

Numa primeira fase, acrescentou, foram identificadas e inscritas nove famílias carentes, em diferentes zonas da cidade do Lubango, durante os primeiros dias do mês de Janeiro do corrente ano.

"Tendo em conta que o processo é contínuo, será possível reintegrar um número satisfatório de crianças adolescentes e jovens em situação de risco".

3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

3.1 Novos administradores municipais em Luanda serão empossados hoje

Angop..15-01-07

Os novos administradores municipais da Maianga, Ingombota, Sambizanga e Samba, recentemente nomeados pelo governador provincial de Luanda, Job Castelo Capapinha, serão empossados hoje. Serão empossados os administradores Manuel José Marta, Maianga, Suzana de Augusta Melo, Ingombota, Mateus António da Costa, Sambizanga e José Pedro Maiembe Humba, Samba. Na mesma cerimónia, a ser orientada pelo governador Job Capapinha, vão ser também empossados alguns directores municipais também nomeados recentemente.

O antigo administrador da Ingombota, Júlio Sebastião de Carvalho, será o novo director provincial das pescas, em substituição de João Gaspar da Costa que passará a chefiar a Direcção de Hotelaria e Turismo. A ex-administradora da Maianga, Genoveva Policarpo vai assumir o cargo de directora provincial da Família e Promoção da Mulher, em substituição de Alzira Caldeira da Silva, enquanto Sebastião Augusto Francisco deu lugar à António Rosa, na Direcção provincial da Juventude e Desportos. Atanásio José Ferreira Rodrigues foi substituído no cargo de director executivo do programa de emergência habitacional por Rodrigo de Sousa Alves dos Santos..

3.2 Os predadores de Angola aproveitam-se de um sistema de fraca governação

Angolense...20-01-07

Trata-se de um consultor internacional sobre a realidade angolana. Por causa disso, várias vezes, esteve em Luanda. Em Junho passado produziu um intrigante relatório sobre a realidade social e política em Angola. Entre as suas conclusões, há uma tese incontestável: o mundo aproveita-se da elite política angolana e depreda completamente os recursos sob a convivência antiga daqueles. Em outras palavras: o mundo é culpado da pobreza em Angola. Como e porquê pode-se ler no seu relatório. As explicações, estas foram-nos dadas via e-mail, na entrevista que se segue

Angolense (ANG): O mundo também é culpado pelo enraizamento ad eternum da elite política em Angola?

David Sogges (DS): Elites no estrangeiro de vários tipos - financeiras, petrolíferas, políticas, militares - têm criado as regras de jogo e os incentivos. Essas influenciam forçosamente o comportamento da classe política angolana desde a sua emergência no tempo colonial. Noutros países, elites assim influenciados mostram comportamentos semelhantes. Como escrevi no meu relatório, vejamos em vários países exportadores de hidro-carbonetos - desde o Gabão até os Estados do Golfo Pérsico um grande grau de continuidade. Ao longo de décadas, essas oligarquias têm recebido bastante apoio e protecção das potências ocidentais e companhias petrolíferas. Mas enraizamento ad eternum? Duvido. Até 1979, as elites de Irão pensavam que tudo estivesse sob controlo, mas não; veio uma revolução popular. As elites conservadoras na Venezuela e na Bolívia pensavam a mesma coisa, mas por eleições democráticas perderam uma parte significativa dos seus poderes. Há vários factores ao longo e médio prazo que vão reconfigurar a base de poder da classe política em Angola: o esgotamento das reservas de petróleo; novas tecnologias de energia e novos combustíveis no mundo, impulsionadas pelo imperativo de limitar drasticamente o consumo de hidro-carbonetos exigido pelo efeito estufa e o aquecimento global. E também, as exigências democráticas terão um impacto na classe política - talvez paulatinamente agora, com mais força e rapidez depois. No meu texto, queria chamar atenção para o facto que fontes importantíssimas de poder político - em primeiro lugar o acesso aos fluxos financeiros - são compartilhadas entre elites domésticas e estrangeiros. Ambas aproveitam-se das regras de jogo e a fraqueza de instituições globais que permitem um enorme esconder de fluxos - de recursos minerais, divisas,

armas, drogas etc. - graças a fraquíssima governação global. Mesmo os países industrializados, da Rússia até o México e, em certa medida, o meu próprio país, Holanda, as consequências podem ser muito desagradáveis - serviços públicos enfraquecidos porque as empresas e pessoas ricas escapam ao pagamento de impostos, crescente influência desigual no campo político e o surgimento de organizações criminosas operando ao nível mundial. Os predadores são vários em muitos países; todos aproveitam de um sistema de fraca governação.

ANG: «O desafio reside em domar os predadores, mas essa não será uma tarefa fácil» Quem fará isso?

D.S.: Os avanços vão depender dos líderes e activistas no Norte e no Sul do mundo, em governos e fora de governos, inclusivamente nos medias e comunidades de pesquisa, em aliança com movimentos emancipadores de cidadãos. Parece talvez utópico, um horizonte muito distante. Mas não é necessariamente. O governo Britânico, por exemplo, acabou de publicar uma nova política sobre governação como elemento da cooperação internacional, destacando um compromisso para "boa governação" ao nível internacional. O objectivo? Entre outros, expor os circuitos globais de dinheiro -- branqueamento, fuga de impostos e corrupção pelas empresas internacionais. Há cinco, dez anos, uma tal declaração oficial teria sido impensável. Esta nova posição oficial

Britânica é fruto de um trabalho longo e intenso por parte de investigadores, jornalistas, activistas e, mais recentemente, alguns membros do Parlamento. Pressão recompensa Claro, há muito, muito mais a fazer. Empurrando os governos para tomar medidas de "boa governação" internacional não será uma tarefa fácil, mas no caso de Grã-Britania há compromissos oficiais interessantes. No caso de Angola, porque não imaginarmos um esforço de dentro e de fora do país, exigindo medidas bem concretas do governo Britânico, na base da sua nova política sobre governação? E no mesmo tempo, pressionando outros governos, de Europa e algures, de tomar medidas fortes contra o poder das empresas internacionais e os circuitos escondidos que as servem.

ANG: Estaremos nós diante de um fatalismo que tornará Angola eternamente uma Nação cliente?

D.S.: Angola parece-me muito menos uma Nação cliente do que muitos outros países. Em termos geopolíticos, tem algum espaço para manobrar, para negociar os termos de engajamento nos campos económicos. Mas na medida em que Angola se deixa ser encaixada por tratados e acordos bilaterais com Estados, bancos e outras empresas transnacionais, o status de cliente tornar-se-á mais desvantajoso.

ANG: Quais são as causas reais da pobreza?

D.S.: Em muitos casos as causas são políticas. Nos

séculos passados, as economias da Índia e do Egipto estavam no rumo de uma industrialização forte e ampla. O controlo britânico directo sobre essa economia, e a influência anglo-saxónica sobre as regras de jogo da então globalização, frenaram tais processos de industrialização. Também em Portugal. Resultado: oportunidades perdidas e crescente pobreza para Índia, Egipto e Portugal; oportunidades amplas e riqueza para a Inglaterra. Hoje em dia, é o poder das instituições financeiras. Como uma unidade de pesquisa de dentro o Banco Mundial concluiu, no caso de Malawi, que a política daquele banco, ao longo de décadas, empobreceu os camponeses daquele país.

3.3 Administração da Samba apoia vítimas das Chuvas

Angop...20-01-07

A Administração Municipal da Samba começou hoje um processo de apoio aos familiares das vítimas mortais causados pela chuvas que se abateram em Luanda no dia 17 de Janeiro. Aos familiares foram distribuídos nesta primeira fase, ajudas financeiras, cujos montantes não foram revelados, a fim de cobrirem alguns gastos na realização das últimas cerimónias fúnebres, acontecidas hoje no cemitério da Camama. Consta do programa da administração, para a segunda fase a entrega de chapas de zinco, roupas usadas, colchões e outros bens de primeira necessidade, a todas os sinistrados. De acordo com o administrador municipal, Pedro Mayembe que coordena a comissão multi-sectorial para as calamidades naturais da Samba, naquela localidade os danos foram maiores porque as pessoas fizeram obras em zonas de "linha de água". A localidade é "fustigada" com enormes quantidades de água que escoam dos municípios do Kilamba Kixi, Maianga e da vala Senado da Câmara, lembrou. O município da Samba tem um saldo de dezanove mortes e 12 desaparecidos em consequências das últimas chuvas. A administração tem igualmente o registo do desabamento parcial do morro da Samba, corte da circulação rodoviária em alguns troços, residências submersas a nível do mar e outras em alto risco de desabamento

3.4 Kuando Kubango: Apresentada a nova administradora do Kuchi

Angop...22-01-07

Menongue, 22/01 - A nova administradora do município do Kuchi, Teresa Intumba, foi apresentada à população local, no fim-de-semana, pelo vice-governador da província do Kuando Kubango para a Esfera Económica e Social, Daniel Vapor. No acto, realizado defronte ao edifício sede da Administração do Kuchi e testemunhado por outras entidades da província, Daniel Vapor apelou a colaboração de todos, que, disse, muito vir a precisar a nova gestora da circunscrição, primeira responsável feminina que atinge este nível na história política do Kuando Kubango. Enumerou alguns dos projectos que serão executados, a partir deste ano, para benefício dos habitantes, de um universo de 105 mil e 731 indivíduos, maioritariamente camponeses, salientando a recuperação da estrada Menongue/Kuchi, cerca de 94 quilómetros de distância, bem como do Caminho de Ferro de Moçamedes (CFM) no troço Matala (Hufla)/Menongue, projectos de âmbito nacional. No quadro do programa de combate à fome e à pobreza, governante instou às populações a apostarem no fomento da actividade agrícola, como garantia para o auto-sustento. Apelou as autoridades tradicionais e entidades religiosas, entre outras, a intensificarem as campanhas de sensibilização sobre o registo eleitoral, com vista a permitir que a execução do processo na municipalidade, previsto para esta 2ª fase, atinja os êxitos desejados. Por seu turno, Teresa Intumba pediu a cooperação de todas as entidades e população em geral para seu melhor desempenho na tarefa incumbida e, assim, consiga gizar e implementar os programas tendentes a proporcionar uma vida melhor às populações. Para a sua governação avançou como grandes prioridades, entre outras, a aposta na melhoria da prestação serviços nos sectores da saúde, educação e saneamento básico. O Kuchi integra três comunas, designadamente Vissati, Tchinguanja e Kutato, tendo como principais culturas o milho, massango, massambala, feijão comum, feijão frade, mandioca, batata, doce e rena, além de hortícolas.

3.5 Nova lei sobre a orgânica dos governos provinciais vai melhorar actuação das administrações

Angop..23-01-07

Huambo, 23/01 - O governador da província do Huambo, António Paulo Kassoma, disse hoje, nesta cidade que, a implementação da "nova lei sobre a orgânica dos governos provinciais" vai melhorar e aumentar qualitativamente as acções das

administrações municipais e comunais, na prestação dos serviços úteis às populações. Paulo Kassoma que fez esta afirmação durante a cerimónia de abertura dos trabalhos da primeira sessão ordinária do governo local, assegurou que antes da lei ser aprovada pelo Conselho de Ministros, o executivo tem já que dominar as novas medidas administrativa, que podem entrar em funcionamento a qualquer altura no país. O governante assegurou ainda que, o programa de melhoramento e aumento da oferta dos serviços sociais básicos às populações, terá maior impacto neste biénio (2007/2008) nos municípios e comunas. Para atingir aquele fim, na visão do governador, os executores têm que dominar a nova lei orgânica dos governos das províncias, para melhor servir as populações nas suas necessidades.

Paulo Kassoma acrescentou, por outro lado, que o governo que dirige vai prestar uma atenção especial neste ano lectivo, no sentido de diminuir o número de crianças fora do ensino e na luta contra o analfabetismo na região. Os membros do governo do Huambo, nesta sua primeira sessão ordinária vão, igualmente, discutir e aprovarem as modalidades de execução do Programa de Investimentos Públicos para 2007, e o projecto do Afrobasquet-2007 e o Campeonato Africano de Andebol em 2008.

3.6 Cunene: Administração do Kwanhama analisa situação socio-económica do município

Angop..23-01-07

O executivo da Administração do Município do Kwanhama, na cidade de Ondjiva, província do Cunene, está reunido na primeira sessão ordinária de 2007, visando definir as acções a serem desenvolvidas, no presente ano, nos domínios social, económico e cultural, no âmbito do Programa de Investimento. A reunião, com término previsto para hoje, conta com a presença de administradores comunais e membros do governo provincial, que estão a analisar prioritariamente as actividades a serem desenvolvidas no tocante aos sectores da Saúde, Água, Energia, Agricultura e estradas. Durante o encontro serão analisados também questões ligadas ao processo de reintegração social dos desmobilizados no município, a temática da situação actual da cólera, a dinâmica do projecto de combate ao HIV/Sida, bem como o estado da segunda fase do registo eleitoral na circunscrição. Faz igualmente parte dos pontos agendados, a revisão do relatório de balanço económico do ano transacto, a aprovação das actividades para 2007, a tomada de

conhecimento sobre as acções do governo provincial e o regulamento do regime disciplinar dos funcionários públicos e agentes administrativos. Na abertura do encontro, o administrador do Kwanhama, Faustino Ndafohamba, aventou a necessidade da mudança de mentalidade por parte do seu efectivo, tendo-os exortado a dedicarem-se mais nas suas obrigações diárias, visando prestarem melhores serviços à população. O responsável advogou igualmente a necessidade de todos os cidadãos da circunscrição contribuírem e participarem activamente, com o seu saber, no desenvolvimento social, económico e cultural do município

3.7 Administrações municipais de Luanda recebem carros de sucção

Angop...23-01-07

Os municípios do Cazenga, Kilamba Kiaxi, Viana, Cacucaco e Samba foram hoje beneficiados com duas viaturas de sucção cada um, para permitir a realização de operações pontuais nas comunidades. Há duas semanas tinham sido contemplados já os municípios da Ingombota, Maianga, Rangel e Sambizanga.

Os meios, entregues numa cerimónia presidida pelo governador da província de Luanda, Job Capapinha, serão utilizados na eliminação de charcos resultantes das enxurradas de segunda-feira, que alagou a maioria das artérias da capital, sobretudo, nas zonas periféricas. Paralelamente, as administrações municipais estão a ser dotadas de pás-carregadoras, moto-niveladoras e retro-escavadoras, para trabalharem no arranjo das vias..

3.8 Governo realiza 35 acções do programa de melhoramento de vida das populações

Angop...23-01-07

O governo da província do Uíge concretizou 35 acções das 54 previstas em 2006, no quadro do programa de aumento da oferta e melhoramento dos serviços sociais básicas as populações da região. O governador da província do Uíge, Antonio Bento Cangulo, que revelou hoje o facto à imprensa, depois de considerar positiva a actividade governamental para o período em referencia, anunciou se ter empregue cerca de 700 milhões de kwanzas dos 942 milhões previstos, correspondendo a 75 por cento. "Sabemos que há dificuldades objectivas que impedem que os executores cumpram com os prazos estipulados nos contratos e uma destas dificuldades resulta do mau

estado das vias de acesso", disse. Argumentando que nenhuma região pode se desenvolver sem as vias de comunicações em condições, o governante disse que o ano 2006, lançou as bases para o desenvolvimento económico e social da província, por estar marcado pela adjudicação de varias empreitadas, relacionadas com a recuperação dos eixos fundamentais da região, como as estradas Negage/Lucala, Cidade do Uíge/Quimbata e Quifangondo/Uíge-Negage.

3.9 Governador reúne-se hoje com administradores locais

Angop...23-01-07

O governador de Luanda, Job Capapinha, vai reunir-se hoje com os administradores municipais para avaliar o grau de sinistralidade das chuvas e apontar medidas para a redução dos perigos. Falando à imprensa, à saída de uma reunião da Comissão Nacional de Protecção Civil, o governante referiu que uma das medidas a tomar será a criação de zonas de concentração segura a nível dos município para acolher pessoas desabrigadas, bem como as que se encontram em estado de risco. Segundo o balanço provisório feito pelos administradores municipais, pelo menos 19 pessoas morreram, dezenas de famílias ficaram desalojadas e outras desaparecidas devido à chuva que começou na madrugada de segunda-feira e durou perto de oito horas, em Luanda

3.10 Comissão de Protecção Civil e GPL empenhados na aplicação do plano emergência

Angop...26-01-07

A Comissão Nacional de Protecção Civil (CNPC) e o Governo Provincial de Luanda (GPL) estão empenhados na celeridade da aplicação do plano de acção de emergência, visando a acomodação da população sinistrada pelas chuvas em centros de acolhimento nos municípios mais afectados. Em declarações quinta-feira à imprensa, no cemitério da Santa Ana, momentos após a deposição de uma coroa de flores em homenagem aos luandenses já falecidos, o governador de Luanda, Job Capapinha, disse que só depois da acomodação dos sinistrados nos centros de acolhimento será possível ter um quadro mais presente, para se identificar o que se passou, o número real de mortes e desaparecidos.

Sem precisar o número real de vítimas mortais da tragédia, confirmou a descoberta, está manhã, de mais dois cadáveres, no município de Cacucão. De acordo com o governador, o 431º aniversário da fundação da cidade capital está a ser comemorado com um significado particular, por este ano ter coincido com o momento das enxurradas que vitimaram muitos luandeses. Desta maneira, disse, homenageamos primeiro os que pereceram agora por ocasião das chuvas e só depois todos aqueles que por Luanda se bateram ao longo destes anos todos. A cerimónia contou com a presença de membros do Governo, deputados, oficial superior das Forças Armadas Angolana (FAA), Polícia Nacional e representantes de partidos políticos

4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

4.1 «Nuvens negras» no registo eleitoral

A Capital...13-01-07

A segunda fase do registo eleitoral apenas está às portas, mas pelo meio fala-se de uma série de situações que deverão ser acauteladas para um processo que se pretende transparente, mas que já faz levantar uma série de interrogações

A questão mais debatida pelos partidos políticos com e sem assento parlamentar presentes na reunião de quarta-feira com a Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE) foi a questão relacionada com a intervenção directa ou não do Governo nos encargos logísticos e financeiros dos fiscais, uma vez que esses se acham sem capacidade para acompanhar ao pormenor as 509 brigadas constituídas para esta segunda fase do processo, contra as 295 da primeira.

Anália de Victória Pereira, por exemplo, líder do PLD, defende que o Governo tem uma responsabilidade acrescida neste processo. «Não podemos ser os únicos a ter a responsabilidade de apoiar os fiscais em alimentação, alojamento e transportes porque não temos verbas, o que dificulta muito», esclareceu.

Na mesma sintonia da «Mamã Coragem» está o secretário para a informação da UNITA, Adalberto da Costa Júnior, nesta segunda fase os partidos terão encargos extraordinários.

«Se pensarmos que elas aumentaram, então isso trará encargos muito violentos para os partidos», reconheceu, acrescentando que o seu partido, por exemplo, teve encargos de «dezenas de milhares de dólares» com o acompanhamento pelas 295 brigadas

dos seus fiscais.

Contudo, o pensamento de todos os partidos políticos presentes no encontro descambou para a problemática do apoio ou não do Governo central, mas entre os presentes na sala da reunião houve quem alertasse para o facto de não se fazer da questão económica o centro do problema. «O risco aqui, às vezes, é correr-se sempre atrás do dinheiro, um facto que pode desviar o importante desta matéria», advertiu Adalberto da Costa Júnior, que ainda assim está de acordo «que deve haver uma responsabilização maior por parte do Governo central no apoio a uma tarefa que é do interesse de todos». Anália de Victória Pereira, que se diz sem verbas para lidar com esta empreitada, já tem traçada uma estratégia para inverter o quadro, que muitos dos presentes consideraram de radical: «Se não houver um arranjo significativo neste sentido, o PLD, particularmente, vai desistir porque não pode suportar as despesas com o orçamento que dispõe», justificou.

O CIPE está a par de todas essas questões, pelo que essas reclamações serão acauteladas pelo órgão supervisor do processo, segundo as garantias do vice-ministro da Administração do território, Edeltrudes Costa.

As várias sensibilidades políticas presentes na sala reconhecem que o recenseamento eleitoral representa o maior desafio do presente ano do país, que deve alcançar a todos de maneira transparente.

4.2 Maratonas não terão influência no voto

Angolense...13-01-07

José Eduardo dos Santo, Isaías Samakuva e Holden Roberto teriam a maioria dos seus votos através dos cidadãos na faixa etária entre os 25 e 34 anos de idade.

Em termos de votos nos municípios, JES ficaria com a maioria nos municípios do Rangel (19,0%), Viana e Cacucão (16,4%), Sambizanga e Maianga com 14%, respectivamente. Na Ingombota e Samba teria menos voto (7%).

Quanto ao líder da UNITA e, conseqüentemente da oposição, a maioria dos votos poderão sair do município do Rangel, e menos da Maianga e Cazenga, como refere a pesquisa da Keyservices.

Por seu rumo, Holden Roberto teria grande parte dos seus votos no município do Rangel e Ingombota e nenhum voto dos municípios do Kilamba Kiáxi e Samba. Outros candidatos a Presidente da República receberão votos dos municípios do Sambizanga e do Rangel (31,7%) e 22,2%, respectivamente.

Entretanto, a pesquisa concluiu que a maioria dos entrevistados tem idades compreendidas entre os 18 e 34 anos de idade, frequentam o ensino médio (50%) e

o secundário com a mesma percentagem. 93,8% está consciente da importância do voto, mas apenas 81,4% tem a intenção de votar, 11,6% não pretende votar e 7,1% não sabe se irá votar.

O programa político dos partidos é o maior influenciador na decisão do voto, seguido da opinião de amigos e familiares. As maratonas apenas representam 5,4% da influência na votação. 84,1%

dos entrevistados tem os seus documentos de identificação válidos e 15,2% não tem.

Para 41,0% dos populares entrevistados, 2007 seria uma boa altura para a realização das eleições gerais no país, 35,5% pensa que deverá ser antes e 16,8% acha que as eleições devem ser realizadas mais tarde.

Em relação ao optimismo, 64,0% das pessoas está optimista nas eleições, afirmando que elas decorrerão num clima calmo. 67,0% é de opinião que as eleições trarão melhorias para o país.

A maioria dos entrevistados não é militante nem simpatizante de nenhum partido político, constituindo 68,2% e 39,4% dos inqueridos.

Se as eleições tivessem lugar ainda este ano, o MPLA sairia vencedor, seguido da UNITA e da FNLA. Como Presidente da República Angola teria novamente José Eduardo dos Santos. A percentagem dos potenciais eleitores que não sabem em quem votar é de 19,4%.

4.3 Votação nas eleições legislativas e presidenciais por Bairros

Angolense...13-01-07

Se as eleições fossem hoje, a maioria dos munícipes de Luanda, que participassem da votação, votariam no MPLA, que seria secundado pela UNITA, seu principal opositor.

Em caso de vitória, como demonstra o inquérito, o MPLA teria uma vantagem de 48,3% dos votos, seguido da UNITA com 9,5% e depois a FNLA 2,5%.

O número de abstenções corresponderia a 27,1 %. Outros partidos teriam 2,7% dos votos.

Em relação ao resultado das eleições legislativas por idades, o MPLA obteria votos das pessoas na faixa etária entre os 25 e 45 anos de idade. Por sua vez, a UNITA teria o voto de cidadãos entre os 25 e os 34 anos, enquanto a FNLA contaria com o apoio dos elementos com mais de 40 anos. Em termos gerais, os resultados das legislativas por bairros configuram a vitória do MPLA no Rangel (19,4%), Viana/Cacuaco (16,7%), Maianga (14,0%) e Sambizanga (13,3%). Na Samba e na Ingombota obteria o menor número de votos.

Da totalidade dos votos da UNITA, a maioria poderá

resultar dos municípios do Sambizanga (21,4%), Rangel (19,7%), Viana/Cacuaco (15,4%) e Maianga (11,1 %). Obteria menos votos no Kilamba Kiaxi (9,4%), Ingombota, Cazenga e Samba todos com (7,7%).

Grande parte dos votos da FNLA em Luanda" estão no município do Rangel", Ingombota e Sambizanga. Não teria nenhum voto nos municípios da Samba, Viana e Cacuaco, assim como no Cazenga.

Nas presidenciais, em termos de municípios, José Eduardo dos Santos teria maior votação. A relação entre o partido e o presidente é evidente. Numa primeira volta, o actual Presidente da República obteria 40,8% dos votos, na posição a seguir está Isaías Samakuva, líder da UNITA, maior partido da oposição com 7,9%, e no terceiro lugar Holden Roberto, presidente da FNLA 2,1% .

4.4 Influência do voto e validade dos documentos

Angolense...13-01-07

Para a maioria dos inqueridos, num total de 53,0%, a decisão de voto depende do programa político dos partidos. 17,3% afirmam que a opinião de amigos/familiares será levada em consideração na hora de escolher em quem votar, ao passo que para 14,9% da população luandense a falta de alternativa, ou seja, de uma melhor opção influenciará a decisão de voto.

Os entrevistados pensam ainda que, a propaganda e as maratonas são os factores que menos influenciarão nas contas finais. Em relação a documentação, a maioria dos potenciais eleitores (84,1%) tem os seus documentos de identificação válidos, enquanto que 15,2% não os têm. Sobre aqueles que não conhecem a situação de validade dos seus documentos, a sondagem revela uma percentagem de 0,6% .

4.5 Clima durante as eleições e mudanças para o País

Angolense...13-01-07

No tocante ao período ideal para se realizar as eleições, 35,5% dos entrevistados pensam que devem ser realizadas o mais cedo possível, 16,8% mais tarde, enquanto que 41,0% vaticinou o ano de 2007 como sendo o ideal (não, haverá eleições neste ano como ficou recomendado na última reunião do Conselho da República).

Ainda de acordo com a sondagem, 6,7% da população não tem uma opinião sobre o assunto.

A maioria das pessoas interpeladas para falar sobre o assunto (41%), é de opinião que as eleições serão realizadas num clima bom, 35,5% pensa que deveriam ser realizadas mais cedo, ao passo que 16,8% é de

opinião contrária.

Por outro lado, 64,0% vaticinam as eleições num clima calmo. Já 15,9% é de opinião que haverá turbulência durante as eleições legislativas e presidenciais.

Quanto as mudanças que o escrutínio poderá operar na vida do país e, consequentemente dos cidadãos, 67% acredita em melhorias que serão feitas pelos dirigentes que vão integrar o futuro Governo, o que é contrariado por 17,2% das pessoas ouvidas sobre o assunto.

É mais 6,6% da população está pessimista, chegando mesmo a pensar que a situação socio-económica irá degradar-se ainda mais e com o surgimento de uma tensão social no país.

No que toca a militância em partidos políticos, 68,2% não tem filiação partidária. Os que têm a maioria é do sexo masculino, num total de 82,8%. Os municípios com mais militantes são os do Rangel (19,6%), Sambizanga (16,1%), Maianga (15,0%) e Cacucaco e Viana, com (13,1) cada. Samba, Ingombota e Cazenga são os municípios.

Municípios com menos militantes de partidos políticos. 30,2% dos entrevistados representam partidos políticos, o mesmo número daqueles sem filiação partidária. Entretanto, 28,2% dos interlocutores recusaram-se a responder as perguntas, por preferirem manter em segredo partido onde militam, ou pelo qual têm alguma simpatia.

Os municípios com mais simpatizantes são os do Rangel, Cacucaco e Viana, com 17,5% cada, seguidos dos municípios do Sambizanga e Maianga. Cazenga e Samba são os municípios com menos simpatizantes, não fazendo qualquer referência ao município da Ingombota.

4.6 Segunda fase do registo eleitoral arranca com 509 brigadas

Jornal de Angola...15-01-07

A segunda fase do registo eleitoral inicia hoje, em todo o país, depois de um interregno de quatro semanas, e vai decorrer até 15 de Junho do corrente ano, com 509 brigadas.

De acordo com o novo mapeamento das brigadas, apresentado na semana passada pela Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (Cipe), Luanda, a capital, continua a liderar o mapa, com 97 brigadas, seguida por Benguela e Huambo com 62 e 60, respectivamente.

As províncias de Cabinda, Bengo e Lunda Sul são as províncias com menos brigadas, com dez cada uma. Cazenga, em Luanda, é o município com o maior número de brigadas (32).

Na primeira fase funcionaram 295 brigadas fixas, que

reuniram um total de 2.065 brigadistas.

Segundo o vice-ministro da Administração do Território, Edeltrudes Costa, as brigadas de registo vão entrar em funcionamento de forma gradual, à semelhança do que ocorreu na primeira fase.

«Nesta segunda fase vamos observar também o princípio do gradualismo, em que é necessário deixarmos aquelas localidades mais distantes e onde as dificuldades de acesso são mais acentuadas para a parte final dessa segunda fase, período que deverá coincidir com a época seca», disse.

Para esta segunda fase, a Cipe vai mobilizar meios aéreos, expandir as brigadas para o interior das localidades e criar brigadas móveis.

Ainda para esta fase, foi colocada a possibilidade do Governo conceder um subsídio aos fiscais eleitorais dos partidos políticos, uma decisão saída da última reunião do Conselho da República, realizada em Dezembro do ano passado.

Os partidos políticos, ao longo dos vários encontros que tivemos, apresentaram dificuldades com que se depararam para fazerem o acompanhamento deste processo. Para bem do próprio processo eleitoral, achou-se por bem estudar a possibilidade de vermos o melhor modo de resolvermos esta situação que os partidos vivem, para permitir que eles possam fiscalizar o processo eleitoral», sublinhou Edeltrudes Costa.

Na primeira fase, que decorreu de 15 de Novembro a 15 de Dezembro, foram registados, em todo o país, 945 mil e 451 cidadãos com capacidade para votar.

De acordo com o balanço divulgado pelo Governo, Luanda, com 55 brigadas na altura, registou o maior número de cidadãos (180 mil e 730), seguida pelas províncias de Benguela (121 mil e 428), Huambo (93 mil e 371) e Huíla (79 mil e 847). A província do Namibe foi a que menos cidadãos registou: 19 mil e 938.

Tendo em vista o início da segunda fase do registo eleitoral, o porta-voz da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), Adão de Almeida, alertou que o cidadão que se registar mais do que uma vez estará a incorrer em crime, nos termos da Lei de Registo Eleitoral.

«É preciso que os cidadãos saibam que fazer mais de um registo constitui um crime», afirmou Adão de Almeida, acrescentando que estão previstas na Lei de Registo Eleitoral algumas sanções para esse tipo de ilícito criminal.

Falando em entrevista ao Jornal de Angola, o porta-voz da CNE esclareceu que na questão do duplo registo não está em causa a capacidade ou não do cidadão votar. O que está em causa é o facto de, nos termos da Lei de Registo, ser considerada criminosa qualquer conduta desta natureza», sublinhou.

Adão de Almeida disse terem sido constatadas, na primeira fase, tentativas, por parte de alguns potenciais

eleitores, à promoção de mais de um registo, e que essa tendência será combatida durante a segunda fase do registo, com o reforço do mecanismo de segurança, facto que vai garantir o princípio da unicidade do registo.

Entende-se que deve ser possível, ao nível do trabalho feito pelas entidades registadoras e pela solução tecnológica em curso, detectar, com maior celeridade e brevidade possível, todo esse tipo de situações, para evitar que situações dessa natureza venham a pôr em causa o curso normal do processo de registo eleitoral?, disse.

O jurista considerou ?bastante positivo? o balanço da primeira fase e indicou que, ainda assim, para a segunda, devem ser aperfeiçoados alguns elementos, nomeadamente os que se prendem com a problemática do credenciamento dos fiscais dos partidos políticos.

Houve, na primeira fase, alguma dificuldade de entrosamento entre os partidos políticos, os órgãos locais da CNE e as entidades registadoras, o que, em certa medida, impossibilitou a celeridade que se pretendia no credenciamento dos fiscais?, reconheceu, adiantando que o incremento no número de brigadas vai implicar igualmente o aumento de fiscais a serem credenciados pelos partidos políticos.

Neste sentido, disse, durante a reunião ordinária da CNE, foi recomendado que o credenciamento deverá ser feito com maior celeridade e que haja um maior entrosamento entre os partidos políticos, as comissões provinciais eleitorais e as comissões executivas provinciais para o registo eleitoral.

Ainda segundo Adão de Almeida, tendo em conta o incremento do número de brigadas, foi sugerido que se intensifique a campanha de educação cívica para o registo eleitoral, sobretudo naquelas zonas ou municípios que só agora vão ter brigadas a funcionar.

4.7 Segunda fase de registo eleitoral inicia com muita aderência

Angop...15-01-07

A segunda fase do registo eleitoral, iniciada hoje em todo o país, está a decorrer em Luanda com normalidade, notando-se ainda uma aderência considerável de cidadãos aos postos de cadastramento, segundo apurou a Angop.

Depois de um interregno de quatro semanas devido à quadra festiva, esta fase decorrerá até 15 de Junho deste ano. Em Luanda, a capital do país, estão a funcionar 61 brigadas, envolvendo 427 pessoas. A partir das nove horas, as brigadas que funcionam nas escolas números 500, 530, 533, e no Instituto Médio

Industrial de Luanda (IMIL), no município do Rangel, já registavam grande afluência de cidadãos. O mesmo aconteceu com os postos montados no monumento histórico "4 de Fevereiro", na escola "Angola e Cuba", centro profissional e no Complexo escolar, as quatro no município do Cazenga. Em Cacuo, havia muitos candidatos a eleitores nos postos das escolas Paciência Sacriberto, 802, 813, Panguila, Caope Nova e Vidrul. Ao contrário, na Ingombota verificou-se uma fraca presença de pessoas em brigadas como a que está a funcionar na escola Ngola Nzinga e 307, defronte ao governo da província de Luanda. Até ao final da segunda fase se preve criar 97 brigadas, com 679 brigadistas. Cacuo deverá ter nove brigadas, Cazenga 23, Ingombota nove, Kilamba Kixaxi 10, Maianga oito, Rangel sete, Samba sete, Sambizanga 10 e Viana 14. Na primeira fase, que decorreu de 15 de Novembro a 15 de Dezembro, foram registados, em todo o país, 945 mil e 451 cidadãos com capacidade para votar. De acordo com o balanço divulgado pelo Governo, a província de Luanda, com 61 brigadas, na altura, registou o maior número de cidadãos (180 mil e 730), seguida das províncias de Benguela (121 mil e 428), Huambo (93 mil e 371) e Huíla (79 mil e 847). A província do Namibe foi a que menos cidadãos registou: 19 mil e 938..

4.8 Cidadãos que completam 18 anos até Dezembro de 2007 podem registar-se

Angop...18-01-07

Os cidadãos nacionais que completam 18 anos, até ao dia 31 de Dezembro do corrente ano, também devem registar-se durante esta segunda fase do processo, em curso até Junho próximo, tendo em conta que as eleições não estão ainda convocadas.

A decisão consta de uma directiva aprovada hoje pela Comissão Nacional Eleitoral (CNE), durante uma reunião em que foram tratadas questões ligadas à supervisão do Registo Eleitoral e outros pontos da vida interna da instituição.

O porta-voz da CNE, Adão de Almeida, justificou a directiva pelo facto de a Lei de Registo Eleitoral prever que podem registar-se todos os cidadãos com capacidade eleitoral e os que venham a completar 18 anos até à data das eleições.

O órgão supervisor do processo eleitoral aprovou igualmente uma recomendação sobre o credenciamento de fiscais para a segunda fase, preconizando que este processo seja feito não em função das brigadas, mas dos municípios.

Assim, os partidos políticos devem apresentar novas listas para o processo de registo, podendo indicar o dobro de fiscais em relação ao número de brigadas previstas para cada região.

O porta-voz explicou que estão previstas 509 brigadas de Registo Eleitoral e os partidos políticos poderão apresentar, para credenciamento, um total de 1.018 fiscais, permitindo a possibilidade de haver substituição e facilitar o trabalho de supervisão.

Durante o encontro foram feitas outras recomendações a respeito da apresentação de documentos para o Registo Eleitoral, nomeadamente das certidões e cédulas pessoais, desde que sejam acompanhados de outro documento legal com fotografia actualizada, exemplificando um cartão de estudante, para ser possível o cadastramento.

Outra aprovação passa pela permissão dos cidadãos que vão fazer o registo sem qualquer documento de identificação, com recurso à prova testemunhal, colocando-se o problema da data de nascimento destas pessoas.

A CNE propõe que nestes casos, quando não estiverem provados o dia e mês de nascimento do cidadão, passam a contar os primeiros dia e mês do ano, uma solução que visa não prejudicar quaisquer situações eventuais, atendendo à possibilidade do impedimento em função da data da realização do escrutínio.

Quanto à supervisão do registo, Adão de Almeida referiu que estão em elaboração os programas para os diversos grupos de acompanhamento às províncias, no sentido de se intensificar o mecanismo de controlo.

4.9 Duas pessoas detidas com documentos falsos no registo eleitoral

Jornal de Angola..18-01-07

DUAS pessoas que tentavam se registar com bilhetes de identidade falsos, foram ontem detidas numa das brigadas de registo eleitoral, localizada na povoação de PraiaBebe, município do Lobito, província de Benguela.

A informação foi prestada pelo coordenador da comissão executiva municipal para o processo eleitoral no Lobito, Paulo Pindrato, para quem as duas pessoas, com identidades duvidosas, foram detidas quando exibiam documentos falsos no acta de cadastramento.

A detenção foi fácil, porquanto, para além dos documentos apresentados, as mesmas têm um fraco domínio da língua portuguesa, desconhecem a língua nacional local e das províncias vizinhas", explicou.

Segundo ele, os dois falsários foram encaminhados à Polícia Nacional. No município do Lobito funcionam,

desde segunda-feira, 17 brigadas de registo eleitoral, estando prevista a entrada de nove outras, no próximo dia 23, perfazendo um total de 26 postos para a segunda fase da campanha.

Em entrevista recente ao Jornal de Angola, o portavoz do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), Adão de Almeida, alertou que todo o cidadão que se registar mais do que uma vez estará a incorrer em crime, nos termos da Lei de Registo Eleitoral.

O porta-voz da CNE esclareceu que na questão do duplo registo não está em causa a capacidade ou não do cidadão votar.

"Está em causa é o facto de, nos termos da Lei de Registo, ser considerada criminosa qualquer conduta desta natureza", sublinhou.

Adão de Almeida disse terem sido constatadas, na primeira fase, tentativas, por parte de alguns potenciais eleitores, à promoção de mais de um registo e garantiu que a tendência para o duplo registo será combatida durante a segunda fase do registo, com o reforço do mecanismo de segurança, facto que vai garantir o princípio da unicidade do registo.

A segunda fase do registo eleitoral iniciou segunda-feira em todo o país, depois de um interregno de 30 dias, para as festas de Natal e Ano Novo, registando uma grande afluência da população aos postos de registo

4.10 Observação e fiscalização eleitoral centraliza debate político

Angop...24-01-07

Luanda, 24/01 - Um ciclo de debates políticos, sobre temas relativos às próximas eleições no país, iniciou terça-feira, em Luanda, numa promoção da Ordem dos Advogados de Angola (OAA) e o Instituto Democrático para os Assuntos Internacionais (NDI). Neste primeiro encontro, que decorreu no pólo de Estatística da Faculdade de Letras e Ciências Sociais, abordou-se a "Observação e Fiscalização", na vertente prevista pela Lei Constitucional, bem como analisou-se a contribuição dos fiscais/delegados e observadores na credibilização do processo. O debate congregou representantes da OAA, do Ministério da Administração do Território (MAT), do NDI, entre outras individualidades políticas. Na ocasião, Solange Machado, representante da OAA, reiterou que a observação eleitoral deve ser feita por entidades independentes, quer sejam nacionais quer internacionais, visando verificar a imparcialidade e legalidade, bem como constatar eventuais irregularidades no processo. Asseverou que a Lei Constitucional angolana prevê a

observação nas eleições, sendo imperioso a assumpção deste paradigma.

Na sua intervenção, Barbara Smith, do NDI, apontou vantagens de ter-se, num pleito, observadores nacionais e estrangeiros, porquanto aumentam a transparência, ajuda na aceitação dos resultados e actuam como agentes contra a fraude. Apontando exemplos de outros países, lembrou que os observadores nacionais, em alguns casos, podem acrescer a confiança no mesmo, enquanto os estrangeiros são experientes, encontram-se fora da situação política, pautando por uma maior imparcialidade.

O debate contou com a participação de representantes da sociedade civil, partidos políticos, académicos, entre outras entidades que acorreram ao local.

Para o próximo debate, agendado para 21 de Fevereiro, será sobre Contencioso nas diferentes etapas eleitorais, concretamente o registo, candidaturas, campanha, anúncio dos resultados, reclamações e recursos..

5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

5.1 Abertura de mais universidades encarada com ceptismo

Jornal de asngola...03-01-07

Ceptismo. Assim as resume as reacções à hipótese de abertura de mais universidades privadas no País. O vice-ministro da Educação para o Ensino Superior, Adão do Nascimento, anunciou há uma semana que estão à espera de aprovação quarenta solicitações de abertura de universidades no país, a maior parte delas em Luanda.

"Não sei se há condições para que essas universidades funcionem", disse, João Bastos, bastonário da Ordem dos Médicos.

Felix Misé, da Faculdade de Letras e Ciências Sociais, tem a mesma dúvida. Por isso pergunta: "Será que esses 40 projectos que aguardam autorização apresentam as condições exigidas, como estrutura física, meios técnicos e recursos humanos?" No mesmo dia-pasão alinha Gaspar Domingos, Bispo da Igreja Metodista Unida, para quem "as universidades aparecem de forma paulatina e não de uma só vez, como esta a acontecer".

O sociólogo Paulo de Carvalho é, como os outros três, a favor da abertura de mais universidades. Mas quarenta? "Não acredito", disse.

Eis as reacções de algumas entidades académicas ouvidas por este Jornal a propósito do assunto

5.2 Crianças com necessidades educativas especiais terao escola no Huambo

Jornal de angola...08-01-07

Uma escola do primeiro nível, com seis salas de aulas, será construída, e apetrechada, este ano, na cidade do Huambo, para acolher crianças com necessidades educativas especiais, soube ontem a Angop.

A informação foi prestada pelo responsável da secção do Ensino Especial da Direcção Provincial da Educação do Huambo, Fernando Jonas Lucamba. A referida escola, por sinal a primeira de género. será construída no bairro São João, arredores da cidade.

As obras de construção da escola já foram consignadas pelo Governo local a um empreiteiro. Tão logo terminem, acolheremos mais crianças com necessidades educativas especiais. disse Fernando Lucamba, sem

adiantar o orçamento disponibilizado pelo governo para a execução da obra.

A referida escola, que possuirá outros compartimentos, como área administrativa, balneários, cantina e áreas de lazer, vai acolher 410 crianças, em dois turnos.

A falta de instalações próprias para o ensino especial de crianças com deficiências, físicas, auditivas e visual impede a inserção de outros petizes neste sistema de educação na província, de Huambo, segundo Fernando Lucamba, Neste ano lectivo 2007, o sector da Educação, no Huambo prevê matricular 600 crianças com necessidades educativas especiais, outras tantas serão integradas no ensino normal. As aulas, serão ministradas por 24 professores formados para o efeito.

"Existem ainda muitas crianças, a província com estas necessidades, mas por falta de espaço fomos obrigados a reduzir o número", referiu.

As crianças com deficiências físicas, auditivas e visuais há muito nos que recebem aulas em espaços cedos pelos irmãos da congregação da Santíssimo Salvador, adstrito à Igreja Católica e a Baptista, num total de 11 salas de aulas.

Em 2006 foram matriculados 407 alunos; entre os quais cegos, mudos e surdos, dos quais 292 transitaram de classe, 76 reprovaram e outros 60 desistiram. Este ano os responsáveis, daquela secção de ensino pretendem efectuar um levantamento ao nível dos 11 municípios da província do Huambo, com Vista a se apurar o real número de crianças com necessidades educativas especiais.

Fernando Jonas Lucamba defendeu, por outro lado a necessidade de se efectuar um trabalho de sensibilização, com o propósito de se pedir à sociedade, sobretudo à entidade empregadora, no sentido de prestar maior atenção às pessoas portadoras de deficiências, especialmente as crianças.

Na sua intervenção, o dirigente garantiu interceder junto do Governo e de outras instituições, no sentido de prosseguir com as actividades tendentes integração sócio-económica e profissional das pessoas com deficiências. Para além da falta de instalações próprias, acção de Ensino Especial precisa de reforçar os seus meios técnicos, tais como aparelhos de ampliação de sons para as crianças com deficiência auditiva e braille para as que têm problemas visuais.

5.3 Sector da Educação enquadra 2.500 professores na Huila

Jornal de Angola...09-01-07

Dois mil e quinhentos novos professores serão enquadrados no presente ano lectivo (2007) no

Magistério Público na província da Huíla, no âmbito de um processo de recrutamento de docentes efectuado pela Direcção Provincial o facto foi ontem revelado à Angop no Lubango, pela directora provincial da Educação, Ana Paula Inês. Segundo a responsável, com os novos quadros elevar-se-á, a partir de Fevereiro, o número de professores na província para 14.500 e permitir o ingresso no sistema de ensino de 45.664 crianças.

Os novos professores, adiantou, serão na sua maioria colocados no interior da província, atendendo a carência de quadros do sector nestas localidades, factor permissor da exclusão de muitas crianças no sistema do ensino.

Para o presente ano lectivo, a Direcção Provincial da Educação prevê matricular 990 mil alunos nos três níveis de ensino. Ana Paula Inês disse ser intenção do Governo a redução dos índices de analfabetismo a nível da província da Huíla, por isso estão a ser construídas e reabilitadas infra-estruturas escolares, principalmente no interior. No âmbito do programa de melhoria e oferta dos serviços básicos à população em 2006, pelo menos 20 mil salas de aula foram erguidas de raiz e reabilitadas a nível da província. A província da Huíla possui uma rede escolar de 1.229 escolas.

5.4 A falta de vagas no sistema de ensino

Capital...13-01-07

João René, 30 anos

Estudante Universitários

Matricular-se nas escolas públicas não tem sido fácil por causa da lentidão dos funcionários. E o que origina aquela enchente de gente dos candidatos. Felizardos são os que já têm lugares garantidos por cunha. Para nos matricularmos numa Faculdade pública temos que sair de casa às 5h00 para só ser atendido às 9h30. Como fica o caso daquelas pessoas que para além de estudar trabalham? Ficam com a matrícula adiada ano após ano. Quanto ao ensino ainda a procura é superior do que a oferta. Devia ser o inverso, porque o nosso país precisa de quadros bem formados e quanto antes melhor, pois ainda estamos na condição de «país não desenvolvido».

Mateus Fernandes, 21 anos

Estudante

Estou há três anos sem estudar. Conclui o ensino de base com afinco que me permitiram obter bons resultados para ter acesso fácil ao ensino médio. Entretanto, até hoje nada. Em cada ano faço inscrições em quase todas as escolas públicas do ensino de base, sem sucesso. Já perdi várias vezes a vontade de estudar.

Pretendi ser vendedor ambulante, juntar-me a grupos vagabundos, mas conclui que nada disso se ajustava à minha vocação. Até que surgiu um emprego simples, mas digno que me permitiu amealhar algum dinheiro com o qual consegui inscrever-me numa escola privada. Fui bem recebido e estou feliz por voltar a estudar, embora sinta pena dos que, mais uma vez, não tiveram tal oportunidade.

Barros Eduardo, 22 anos

Estudante

Venho da Faculdade. Infelizmente não consegui me inscrever. Há tanta gente para poucas vagas. Todos estamos com muito ansiedade de estar lá, porém as Faculdades públicas são poucas. Somos muitos jovens parados, aliás, em parte, deve ser por isso que há muita delinquência juvenil no país. Faltam oportunidades de estudo e condenados a ficar só com o ensino médio que já não nos leva a lugar nenhum. O Governo está mais apostado nas escolas de baixo custo como o ensino primário e secundário e não com os institutos médios e Faculdades. Só está a aglomerar muita gente com formação básica no país. Sei o que seria de Angola se não tivesse Faculdades privadas. Como pode um país como o nosso, querer quadros bem formados se não oferece condições para a sua formação?

Joana Lucinda Pedro, 20 anos

Estudante

Não tenho de que me queixar. Estou a estudar, mas sinto pelos outros. Verifica-se que é mais fácil estudar nas províncias do que na capital. Ando de cima a baixo há alguns dias, para reconfirmar a matrícula do meu irmão e não consigo. Custa-me tanto o facto de os meus pais não o terem podido matricular numa escola privada. O meu irmão corre o risco de ficar sem fazer a nona classe. Aproveito referir que no ensino público há alunos capazes de se saírem bem nos testes para o ingresso, mas nunca aprovam sem alguma cunha. Daqui a mais anos, se não se fizer nada, de certeza, cá em Luanda não se ouvirá falar de escolas públicas mas sim privadas, porque para quem quer fazer o ensino médio no primeiro ano terá que pagar de 500 à 600 dólares para obter uma vaga.

5.5 Ministério da Educação vai admitir cerca de 50 mil professores até 2009

Angop...17-01-07

Cerca de 50 mil novos professores deverão ser admitidos no sector da Educação no país, nos próximos três anos, visando contribuir para a inserção de mais crianças fora do sistema de ensino público,

bem como solucionar o actual défice de quadros, revelou nesta segunda-feira, em Benguela, o ministro do pelouro, António Burity da Silva.

O ministro, que falava aos jornalistas à margem do encontro com os membros do conselho provincial do sector, disse que os referidos professores serão admitidos à medida que forem inseridos mais alunos no sistema de ensino, pelo que se deverá brevemente efectuar uma estimativa concreta sobre o número necessário de docentes a serem admitidos no país.

Considerou que a admissão destes novos professores constituirá um dos grandes desafios do sector para o triénio 2007/2009, aventando a possibilidade de o número poder sofrer alterações, tendo em conta que o país ainda não dispõe de dados viáveis.

Segundo o titular do pelouro da Educação, para os próximos três anos, a prioridade do sector recairá igualmente para a formação de mais professores, o alargamento da rede escolar, assim como a melhoria das condições de infra-estruturas escolares e sociais dos docentes.

"É imprescindível que o número de professores a admitir se equacione ao de alunos, porque se actualmente o país conta com seis milhões de alunos, poderá até aos próximos cinco anos, contar entre 10 a 12 milhões", disse o governante.

Na sua óptica, a Educação é o único sector dinâmico do Governo, no qual todos os anos entram alunos e professores para o subsistema.

Neste momento, acrescentou, o ministério adoptou algumas medidas que visam sancionar todos os directores de escolas que nos próximos tempos permitirem matrículas de crianças, sem idade apropriada para estudar, visto que poderá causar no futuro, transtornos psicológicos aos petizes.

Indagado sobre o fenómeno da suposta "corrupção", que nos últimos tempos tem atingido proporções alarmantes nas escolas do país, Burity da Silva considerou-o um problema nacional, que afecta todos os sectores de Angola, e que deve ser combatido em todas as províncias.

O ministro, que se encontra em Benguela desde segunda-feira, onde avalia as condições para a abertura do presente ano lectivo, marcado para 01 de Fevereiro próximo, regressa hoje à capital do país.

5.6 Governo deve contribuir na garantia da oferta educativa pré-escolar

Angop...15-01-07

O Ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, afirmou hoje em Luanda, que compete ao governo, contribuir activamente para a

universalização da oferta educativa pré-escolar no país.

O governante fez esta afirmação no discurso de abertura do seminário metodológico de formação de formadores de educadores dos centros infantis e PIC (Programa Infantil Comunitário) de Luanda, que vai decorrer de 15 a 26 do mês em curso, nas instalações da Rádio Vial.

Segundo o ministro, o direito ao acesso aos cuidados da primeira infância e a educação pré-escolar é universal e destina-se a crianças que tenham entre os três meses e a idade de frequentar a escolaridade obrigatória (6 anos).

Referiu que nos últimos anos, o governo fez um grande esforço no sentido de aumentar a taxa de acesso à frequência dos Centros Infantis e "PIC", mas, segundo ele, para que esse e outros objectivos sejam atingidos a nível do território, devemos continuar a trabalhar intensamente.

Para que tal aconteça, apontou a necessidade de se definir prioridades de intervenção que privilegiem a escolaridade obrigatória, como aferir responsabilidades pela educação e cuidados para a infância por parte de algumas entidades e actores públicos e privados envolvidas.

A educação pré-escolar visa o desenvolvimento equilibrado de todas as potencialidades da criança, proporcionando-lhe oportunidades de autonomia e socialização.

O ministro Kussumua disse também que o governo com a realização do Primeiro Fórum Nacional sobre Cuidados e Desenvolvimento da Primeira Infância assumiu o compromisso de progressivamente generalizar a oferta da educação pré-escolar no país.

Fez saber que de acordo com as linhas orientadoras, o governo pretende, entre outros objectivos, definir padrões de qualidade educativa, através da aplicação e desenvolvimento de linhas de orientação curricular.

Visa também promover a expansão da oferta pré-escolar através dos Programas Integrados e de Educação Comunitária (PIC-PEC), bem como da constituição de uma rede nacional que assegure a plena cobertura do território e da população entre os 2-5 anos a partir de 2005, nas suas componentes educativa e de apoio à família, realçou.

Segundo o ministro, a realização deste seminário significa mais um investimento no reforço e melhoria da qualificação e capacitação técnica dos educadores com vista a elevação do seu desempenho.

O curso é uma co-promoção do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE), Ministério da Assistência e Reinserção Social (Minars) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

O mesmo sugere na necessidade de preparar formadores que terão a tarefa de disseminar a informação nas

provincias, analisar os novos materiais didácticos no âmbito da reforma educativa, bem como analisar algumas metodologias utilizadas até nos últimos anos pelos educadores da classe da iniciação.

Participam no encontro representantes de centros infantis e PIC-PEC de Luanda, cujos facilitadores são técnicos do INIDE.

5.7 Ministro Burity defende alargamento da rede escolar para zonas rurais

Angop...23-01-07

A necessidade do alargamento da rede escolar com a formação de professores para as zonas rurais e periferia urbana com o apoio da organização não governamental "Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo" foi defendido segunda-feira no Sumbe (Kwanza Sul) pelo ministro da Educação, Burity da Silva. Para o ministro, que falava num encontro com responsáveis locais do pelouro, este quadro geral para intervenção no domínio de formação vai ser facilitado com a entrada em funcionamento de uma nova escola em Camacupa (Bié) e da construção de duas outras em Malanje (Malanje) e Kibala (Kwanza Sul). Este desiderato passa ainda pela formação e qualificação de formadores da escola de magistério primário de Benguela, o reajustamento dos institutos médios normais e suas secções ou extensões das disciplinas de acesso ao ensino secundário geral, apetrechamento da escola de formação de professores para o primeiro ciclo e salas de informática. A monitorização e avaliação das escolas de formação de professores no âmbito da implementação da reforma educativa, capacitação do corpo docente e directores de escolas na vertente da reforma educativa fazem igualmente parte deste quadro geral de intervenção para a formação. Apontou que da reforma educativa se beneficiarão de formação 69 professores de escolas de ensino primário, 260 formadores de professores de iniciação, 265 para a 4ª classe, 195 formadores de professores para a 13ª classe e 450 directores de escolas de ensino primário do I e II ciclo.

"Para mim o aspecto mais importante e urgente que o Ministério da Educação tem prende-se com a formação de professores", exteriorizou Burity da Silva. O ministro da Educação que se faz acompanhar de directores nacionais de distintas áreas terminou já a sua visita de algumas horas ao Kwanza Sul.

5.8 Programa infantil comunitário beneficia mais de cem crianças

Angop...23-01-07

Cento e cinquenta petizes beneficiaram, no município de Cazengo (sede provincial do Kwanza Norte), em 2006, do apoio da Direcção Provincial do Ministério da Assistência e Reinserção Social (Minars), no âmbito do Programa Infantil Comunitário (Pic), de apoio à crianças de famílias vulneráveis. Em declarações hoje à Angop, em Ndalatando, a directora provincial do Minars, Lídia Martins aclarou que o referido projecto traduziu-se na construção de espaços de lazer e recreação, os "Pic", vocacionados a acolher crianças de pais camponeses durante o período do dia em que estes permanecem no campo. Nos aludidos espaços que acolhem crianças até aos cinco anos de idade, o Minars proporciona três refeições diárias aos pequenos, para além de momentos de recreação e de aulas de educação pré-escolar, com vista a prepará-los para o ingresso no ensino primário. A responsável disse que durante o ano de 2006 foram erguidos, de raiz, três Pics de carácter definitivo, com o apoio do governo da província. Das referidas infra-estruturas, apenas uma encontra-se em funcionamento, no bairro "Camundai", enquanto que as outras duas deverão arrancar no primeiro semestre deste ano, nos bairros "Sassa" e "Kipata", arredores de Ndalatando, com capacidades para receber 100 e 120 crianças, respectivamente. Lídia Martins assegurou estarem igualmente criadas as condições para o alargamento do Programa Infantil Comunitário aos municípios de Cambambe, Ambaca, Golungo-Alto e Lucala, numa acção que contará com o apoio financeiro do Fundo de Apoio Social (FAS). Os custos dessas futuras obras não foram revelados.

5.9 População da Regedoria de Mateus pede Instituto Médio

Angop...23-01-07

Os moradores da Regedoria da Aldeia Mateus, nove quilómetros a nordeste da cidade do Uíge, pediram hoje ao Governo a institucionalização do ensino médio na localidade para facilitar a aprendizagem dos alunos das cinco povoações que compõem a regedoria. Segundo o regedor da Aldeia Mateus, Salamão Sozinho, a povoação já possui uma escola de I, II e III níveis e as crianças depois de terminarem o III nível têm encontrado muitos embarços, tendo em conta a distância entre a cidade do Uíge e as aldeias da regedoria e muitas vezes não encontram vagas nas outras escolas. Integram a regedoria Mateus, as povoações de Caquengue, Ganacamana, Catumbo,

Bamby e Mateus. Tem uma população estimada em cinco mil e 980 habitantes, na sua maioria camponeses que produzem café, gengumba, madioca, banana e outros..

5.10 Conselho da Juventude e Unicef assinam acordo de cooperação

Angop...24-01-07

Um memorando de entendimento para a promoção dos direitos dos adolescentes e jovens angolanos vai ser assinado quinta-feira próxima, em Luanda, entre o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Segundo uma nota de imprensa do Unicef, com a implementação deste acordo pretende-se desenvolver e construir habilidades para a vida dos jovens e promover o voluntariado juvenil. Visará ainda informá-los e consciencializá-los sobre a Carta Africana da Juventude como instrumento de defesa dos seus interesses.

A assinatura do documento terá lugar as 10 horas na sala de conferências do Unicef..

5.11 Alfabetizadas 4.059 pessoas no Kwanza-Norte

Jornal de Angola....26-0-07

Quatro mil e cinquenta e nove pessoas aprenderam a ler e a escrever, durante o ano passado, de um total de seis mil 844 inicialmente inscritas para as aulas de alfabetização, no Kwanza-Norte. O responsável da área de alfabetização da Direcção Provincial da Educação, Gaspar Armando, indicou que do total de matriculados para as aulas, 4 mil 487 eram mulheres, tendo apontado, no geral, mil e 150 reprovados e mil 635 desistentes.

As constantes deslocações, sobretudo das mulheres, que constituem a maioria de alfabetizandos, em busca de meios de subsistência, assim como a extrema pobreza de muitas famílias foram tidas como as principais causas das desistências.

O processo empregou 122 alfabetizadores, com uma disponibilidade de 224 salas de aula, tendo decorrido em nove dos 10 municípios do Kwanza-Norte, excepto o da Banga, por razões técnicas, disse o entrevistado que indicou ter sido enfrentada a falta de material didáctico para os alfabetizandos.

Acrescentou que a cifra de alfabetizados exclui as várias crianças que também frequentam as aulas de alfabetização, a pedido dos pais, convictos de que a metodologia de ensino utilizada as leve à aprendizagem rápida da escrita e da leitura. Para a implementação da alfabetização, o sector conta com a parceria da Igreja Católica, da OMA e da União das Associações de Camponeses (UNACA), bem como da ONG angolana “Visão para o Processo de Alfabetização” (VAPA).

No presente ano, o sector preconiza alfabetizar, no Kwanza-Norte, cerca de 26 mil pessoas, sendo necessários para as aulas, em toda a província, pelo menos mais 90 novos alfabetizadores, segundo Gaspar Armando.

6 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

6.1 A «faixa de Gaza» de Luanda

A Capital...13-01-07

A criminalidade e a delinquência em Luanda é um fenómeno ligado a uma série de factores sociais, políticos, económicas, infraestruturais e que se assiste sobretudo nos chamados musseques, geralmente bairros degradados, cujas condições de vida das famílias são totalmente precárias e marcado pela violência, insucesso e abandono escolar.

a crescimento demográfico, tal como reconheceu o Governador Provincial de Luanda, foi rápido e revelou-se desmesurado e desproporcional, o que gerou o crescimento desordenado da cidade, o que acicata sobremaneira o surgimento das chamadas gang's, que encontram condições ideais para completa dedicação ao crime, à delinquência e à prática de vandalismo.

No ano passado, o Comando Provincial de Luanda (CPL) registou um total de 4.587 (+841) crimes comuns, dos quais 2.941 (+1.233) foram esclarecidos, resultando ainda em cerca de 3.160 (+ 1.112) detenções, sendo que 213 (+139) dos elementos detidos são do sexo feminino.

A maioria desses crimes, 1.451 (+998) foram cometidos por elementos com idades entre os 16 e os 18 anos de idade, sendo 19 (+ 16) do sexo feminino e 1.432 (+755) do sexo masculino.

O que há de comum nesses números? «Esse aspecto parece-nos ser um elemento que vem confirmar o diagnóstico que já antes realizáramos, em que consideramos que a questão do desemprego e do emprego mal remunerado desempenham uma preponderância acentuada entre o leque dos factores causais da delinquência», esclarecem os especialistas da Polícia Nacional.

A via pública, acrescentam, foi o local preferencial de eleição para o cometimento da maioria de crime. Dos 817 furtos registados, 398 ocorreram na via pública e no período nocturno, muito em função da ausência de iluminação pública.

6.2 Conselho de Ministros aprova projecto de construção de 2500 casas no país

Angop...14-01-07

O Conselho de Ministros aprovou o projecto de

investimento privado, denominado "construção de 2500 casas", contrato de consórcio Empre-E.P./MKP, visando o aumento de infra-estruturas habitacionais, num valor inicial de usd 46 000 000 00. A informação consta da primeira série do Diário da República, órgão oficial do governo, datado de 20 de Outubro último, a que a Angop teve sábado acesso, em Luanda, onde o executivo explica que a aprovação enquadra-se nos esforços para o desenvolvimento do país.

No boletim, o Governo de Angola reitera o seu empenho na promoção de projectos de investimentos que visam a persecução de objectivos económicos e sociais de interesse público, nomeadamente a melhoria do bem-estar das populações, o aumento de infra-estruturas habitacionais, de emprego, bem como o fomento do empresariado angolano. O órgão colegial informa que a empresa MKP Builders SDN BHD, abreviadamente designada por MKP, pessoa colectiva de direito da Malásia, entidade não residente cambial, investidor externo, cujo objecto social principal é a construção civil integrada, e a angolana EMPROE, vocacionada ao exercício de obras especiais, apresentaram um proposta de construção de 2500 casas.

As casas serão construídas em Angola, considerando, assim, um relevante investimento para o domínio habitacional.

6.3 Agentes da polícia saqueam e ocupam residência ilegalmente

Terra Angolana...20-01-07

O Delegado do Ministério das Finanças no Huambo, Senhor Mariano foi acusado por populares de ter ordenado sete agentes da Polícia Nacional no sentido de ocuparem à força, uma residência em disputa, tendo na ocasião saqueado todos os haveres dos populares aí residentes.

Dos bens saqueados contam-se dois carros do tipo Nissan Patrol e Mitsubishi L200, respectivamente; motorizadas, moto bombas, aparelhos de som dentre outros. A acção foi antecedida pelo desalojamento dos ocupantes da referida residência.

De acordo com Albano Sikute, ocupante há mais de 15 anos, a residência pertencia a Manuel Zeferino da Cruz, já falecido, que a tinha deixado sob cuidado de um dos filhos. Mas a situação agravou-se quando o Delegado Provincial das Finanças, usando da imunidade que ostenta, recorreu à polícia para desalojar os ocupantes que aí estavam sem o consentimento dos herdeiros, para utilizar a residência que tem um armazém para fins comerciais.

Preocupados com a situação os herdeiros exigiram uma

indenização do delegado, na ordem dos 150 mil dólares; valor rejeitado pelo delegado Mariano, pelo facto do imóvel encontrar-se em estado degradado, devendo por isso merecer obras de restauro. Ainda assim, prometeu dar pelo menos metade do valor exigido.

Albano segundo chamado Sikuete, conta, foi para uma reunião em que estiveram presentes o delegado das finanças; o comandante provincial da Polícia, Alfredo Nilo; e Maria Madalena Vieira Gamboa, Comandante da Polícia Fiscal, onde foi instado que seria preso e sofreria consequências imprevisíveis, caso voltasse a tocar no dossier dinheiro; "porque quem construiu a casa foram os portugueses e depois de partirem, todos os imóveis deixados passaram para o Estado", disse o comandante Nilo.

Entretanto, Sikuete não vai cruzar os braços e pretende por isso levar o caso até as últimas consequências, o que significa dizer que os homens que se apoderaram do imóvel e consequentemente saquearam os seus haveres vão ser processados judicialmente.

6.4 Família alega que advogada quer usurpar-lhe a casa

Angolense...20-01-07

Na semana passada este jornal trouxe ao público a denúncia da advogada Emaculada Melo que reclamava da atitude musculada dos proprietários de uma residência que havia alugado, que, segundo a mesma, usaram da força, através de militares, para retirá-la compulsivamente do imóvel.

De acordo com Rosário Filipe, filho do casal Augusto, proprietário da casa, os factos relatados anteriormente a este órgão de comunicação não correspondem a verdade. Garantiu que em 1999, altura que se celebrou o contrato entre Maria Imaculada e Paulina Augusto, proprietária da residência, não havia advogada, mas tudo ficou acordado que o documento valeria por cinco anos.

Mais adiante, o mesmo explicou que o imóvel foi transformado em colégio. Passados dois anos, acrescentou, a advogada deixou de honrar com os seus compromissos, uma vez que não pagava renda. "Quando a dona da casa fosse cobrar exigia que a mesma aguardasse no jardim que se encontra ao redor do colégio", disse ainda.

"Ela nem sequer respeitava a minha mãe que foi a pessoa que fez o contrato de arrendamento da casa. A minha mãe tinha que aguardar debaixo do sol, mesmo assim, não pagava", explicou.

Face a situação, Rosário Filipe argumentou que a família decidiu romper com alguns princípios do contrato que garantia cinco anos de negócio.

Nesta ordem de ideia, os proprietários da casa em litígio asseguram que fizeram uma proposta que exigia que Maria Imaculada deveria honrar com os compromissos ou então comprar o imóvel. Segundo Rosário Filipe, quando a mesma foi confrontada com a proposta disse que não podia negociar com a mesma família com quem assinou o contrato de aluguer, porque o imóvel foi confiscado pelo Estado. "Essa atitude deixou-nos bastante preocupados, já que ninguém tinha conhecimento de que o imóvel havia sido confiscado".

Mais adiante acrescentou que este confisco só pode ser uma cabala montada pela advogada em questão.

"Depois de termos alugado a casa ficamos a saber que ela é daquelas pessoas que se aproveita do título de advogada para apoderar-se das coisas das pessoas sem influência, um caso concreto aconteceu no largo do Bocage, onde a mesma tentou ficar com o imóvel de uma cidadã, mas essa recorreu a justiça e conseguiu reaver a casa", explicou.

Há oito anos no imóvel, dentre os quais três sem pagar renda, sempre de acordo com o filho da proprietária, no mês de Novembro do ano transacto os proprietários decidiram entrar na casa, mesmo sem Maria Imaculada retirar alguns meios do colégio.

Segundo Rosário quando a família entrou na residência não houve brigadeiros do exército, tropas armadas e muito menos civis, mas sim, foram os filhos do dono da casa em companhia de alguns colegas de Joaquim Filipe, afecto ao exército, que participaram do acto.

Rosário Filipe alega que a presença destes elementos foi mal entendida pela advogada que de seguida chamou a Polícia Militar (PM) para intervir no assunto. "Depois de aparecerem no local a PM constatou que denúncia feita pela advogada não correspondia a verdade, os mesmos abandonaram o local. Como se não bastasse, a mesma recorreu para a sexta esquadra, mas, uma vez mais, acabou de perder a confiança dos agentes da polícia que depois de estarem ao corrente da situação acabaram por abandonar o recinto.

Passado alguns dias, descreveu ainda a mesma fonte, a então advogada, em companhia de efectivos da polícia, procedeu a um despejo, alegando que a casa não é pertença da mesma família, mas sim ao Estado. "Depois de entrarmos na nossa casa, na ausência dos mais velhos, ela apareceu e fez isso", contou

Segundo o nosso interlocutor, o facto que envolve a advogada e a família Augusto já é do conhecimento do Procurador Geral da República e da Ordem dos Advogados de Angola (OAA). "Pedimos que seja retirada a carteira profissional desta advogada", acrescentou, dizendo ainda que por falta de influência a sua família vai acabar por perder o imóvel.

Rosário salientou ainda que após de se deslocar ao cartório descobriu que a casa foi mal confiscada, uma vez

que os documentos que se encontram nos arquivos comprovam que a residência está confiscada em nome de Joaquim Filipe.

6.5 Amnistia internacional preocupada com direitos humanos em Angola

Terra Angolana...20-01-07

A Amnistia Internacional está seriamente preocupada com as violações dos direitos humanos em Angola, que incluem a violação do direito a habitação condigna e o direito a não ser expulso pela força. A organização continua preocupada com o uso da força excessiva e de armas de fogo pelos que procedem às expulsões e pela intimidação e detenção das comunidades afectadas pelas expulsões forçadas e de defensores dos direitos humanos. A organização está apreensiva por não terem sido efectuadas quaisquer investigações a este uso de força excessiva e de armas de fogo. Este parecer consta do último relatório daquela organização.

Estas acções não só violam as obrigações de Angola quanto aos direitos humanos internacionais, como, na opinião da Amnistia Internacional, as expulsões forçadas foram executadas contrariando a legislação nacional. As autoridades expulsaram pela força os residentes de estabelecimentos humanos informais, sem lhes proporcionar uma oportunidade para adquirir a titularidade das terras que ocupavam, de acordo com o artigo 85º da Lei de Terras. Este artigo concede aos que não têm titularidade da terra que ocupam um período de três anos após a publicação do Regulamento Geral de Concessão de Terrenos para rectificar a sua situação. Estes regulamentos ainda não tinham sido publicados quando as expulsões forçadas acima mencionadas ocorreram.

As expulsões forçadas executadas para dar lugar ao projecto habitacional Nova Vida violaram ainda mais as disposições da Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo, tal como acuna mencionado. Não foram facultados aos ocupantes desta área o acesso à informação relevante nem a oportunidade de serem consultados, de acordo com o artigo 53º desta lei.

A organização está também preocupada por as autoridades ainda não terem tomado medidas suficientes para assegurar a garantia de ocupação para os residentes dos estabelecimentos informais. Ao mesmo tempo, a Amnistia Internacional está preocupada pois alguns dos artigos da Lei de Terras e o projecto de regulamentos reduzem o grau de protecção dos ocupantes das terras ou dos residentes em estabelecimentos informais contra as expulsões forçadas. Presentemente, a Lei da Terra angolana não respeita os requisitos da legislação e normas internacionais de direitos humanos pois não controlam efec-

tivamente as circunstâncias nas quais as expulsões podem ser executadas.

A organização reconhece a necessidade do urbanismo e do desenvolvimento. Contudo, as expulsões só deveriam ser executadas como último recurso. Quando necessárias, as expulsões devem ser executadas de acordo com as leis e normas internacionais de direitos humanos. Isto não aconteceu nos casos descritos acima. A organização recorda as autoridades das suas obrigações de assegurar o respeito pelos direitos humanos, nomeadamente a obrigação de assegurar o acesso à habitação condigna e a recursos legais e outras compensações pelas expulsões forçadas, assim como do seu dever de submeter os responsáveis por violações dos direitos humanos à justiça.

A Amnistia Internacional reconhece que as autoridades angolanas fizeram algum progresso. Contudo, a organização lamenta que as expulsões forçadas ainda não tenham sido especificamente proibidas na legislação angolana e que tenha sido feito pouco para implementar as recomendações que a organização apresentou no seu relatório de 2003, Angola: Expulsões forçadas em massa em Luanda - apelo para uma política habitacional com base nos direitos humanos. A Amnistia Internacional chama mais uma vez a atenção das autoridades para estas recomendações e apela para que as autoridades tomem medidas imediatas para cumprir estas recomendações, que resumimos abaixo. Acima de tudo, a organização apela às autoridades angolanas para que acabem com as expulsões forçadas.

A Amnistia Internacional está ainda preocupada pelo facto de uma visita a Angola do Relator Especial das Nações Unidas sobre habitação condigna, planeada para Fevereiro de 2006, ter sido adiada pelo governo angolano. Num comunicado à Imprensa publicado a 30 de Março de 2006, o Relator Especial expressou preocupação por o governo de Angola não ter ainda reprogramado a sua visita. Em resposta, o representante da Missão Permanente de Angola em Genebra alegadamente disse que o Relator Especial tinha publicado a sua declaração numa altura em que as autoridades angolanas estavam a preparar a sua visita. Ele acrescentou que a declaração do Relator Especial das Nações Unidas se baseava em relatos não verificados e em fontes não oficiais, uma situação que poderia ser interpretada apenas como uma "demonstração de má fé e pressão intolerável sobre o Governo de Angola". A Amnistia Internacional apela ao governo de Angola a assegurar a reprogramação urgente da visita do Relator Especial.

A obrigação dos Estados de se absterem e salvaguardarem as expulsões forçadas de habitações e terras está consagrada em vários instrumentos legais internacionais que protegem o direito humano a uma

habitação condigna e outros direitos humanos relacionados. Estes instrumentos incluem a Declaração Universal dos Direitos do Homem, o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (art. 11º, par. 1), a Convenção sobre os Direitos da Criança (art. 27º, par. 3), as disposições antidiscriminação encontradas no artigo 14º, parágrafo 2 (h) da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e o artigo 5º (e) da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial.

Além disso, e em conformidade com a indivisibilidade de uma abordagem de direitos humanos, o art. 17 do Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos afirma que "ninguém será objecto de intervenções arbitrárias ou ilegais na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência" e ainda que "toda e qualquer pessoa tem direito à protecção da lei contra tais intervenções ou tais atentados". O artigo. 16º, parágrafo 1 da Convenção sobre os Direitos da Criança contém uma disposição semelhante. Outras referências na legislação internacional incluem o artigo 21º da Convenção Internacional sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1951; o artigo 16º da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) relativa aos direitos dos povos indígenas e tribais em países independentes (1989); e o artigo 49º da Quarta Convenção de Genebra relativo à protecção dos civis em tempo de guerra, de 12 de Agosto de 1949.

6.6 População mais pobre sem acesso a informação

Angolense...20-01-07

A nossa visita começou no bairro da Camaa, propnamente na rua por detrás do Projecto Nova Vida. As ruas são vastas, as casas feitas de blocos, na sua maioria e não têm quintal.

Lá não existe nenhum posto de distribuição de energia eléctrica, o que revelou que estávamos em mais uma zona sem acesso a este bem essencial a vida quotidiana. Algumas crianças passavam o tempo a Jogar cartas ou a saltar cordas. No mesmo instante um senhor aproveitava a sombra de uma árvore para descansar. Identificou-se como Garcia Canga e disse que reside na zona há mais de três anos com os seus quatro filhos e a esposa. A sua casa não foge a regra das outras existentes no bairro. Um quarto e sala servem para acomodar toda a família. Nesta zona, nenhum electrodoméstico se acha nos cómodos. Garcia Canga nos explicou que até comprou alguns, mas que acabaram por se estragar devido a falta de uso em decorrência da falta de energia eléctrica.

"Nunca tivemos direito a electricidade", disse, para

instantes depois acrescentar que só assiste televisão quando o seu vizinho do lado lhe permite, visto que o mesmo possui um gerador.

"Estou desempregado há dois anos, faço alguns trabalhos como mecânico de vez em quando, mas o que recebo não dá para comprar um gerador pequeno, por isso fico assim sem saber nada do que acontece", lamentou.

Naqueles arredores não existe também nenhuma escola ou hospital, o mais próximo é o da unidade geral do Golfe que fica distante da localidade.

Enquanto conversávamos, apareceu um outro morador, o mesmo que tem o privilégio de ter um gerador. Manuel Gaspar é o seu nome. "Por dia gasto mil kwanzas só para o combustível, quando fico sem dinheiro fico alheio ao que se passa no mundo" afirmou. Adicionou ainda que por aquelas paragens não passam jornais. "Somos totalmente esquecidos, enquanto os outros vivem muito bem, continuamos nessa miséria", realçou.

Logo que nos despedimos pediram-nos para que apelássemos aos governantes para olharem pela situação deles. "Pelos nossos filhos que se sentem diferentes dos outros, pedimos que façam alguma coisa para, pelo menos, termos energia", concluíram. Fica o apelo na viva voz dos residentes do bairro da Camama. No bairro da Fubu o cenário é idêntico, nada de energia eléctrica. Alguns moradores compram rádios pequenos onde conseguem ouvir algumas notícias, mas as dificuldades logo começam na aquisição das pilhas, visto que grande parte dos populares têm poucas fontes de rendimentos.

"As pilhas são muito caras, por dia gasta-se trezentos Kwanzas para as comprar", informou-nos Míngota Bernardo, de 17 anos.

No bairro Simeone a situação é ainda pior visto que quase toda a população tem como fonte de rendimento a venda num mercado local. Os lucros são pouquíssimos, mas a população contenta-se apenas por viver, não se preocupa mais em se informar.

"Porquê que iríamos querer nos informar sobre um país que não nos considera?", interrogou-se Carlos Sousa, morador da zona.

Fomos ainda ao bairro Danjaré, que se acha por detrás do Lar do Patriota. As casas são de madeira, sendo que algumas são de chapa. Energia eléctrica, água potável e escola não fazem parte da vida daqueles cidadãos, em cada casa há uma bancada onde se vendem vários produtos. É dessa forma que se sustentam.

As crianças brincam de tudo, mas estão impedidas de fazer o que mais gostam: ver televisão. Enquanto decidíamos com quem conversar, uma menina com o semblante triste aproximouse. Chama-se Aninha, regressava da casa de uma vizinha que tinha um gerador. O seu objectivo era assistir televisão na casa dela, mas

as filhas da mesma a puseram no "olho da rua". "Quero também assistir televisão na minha casa", disse. Caminhámos com ela. Explicou-nos então que o seu sonho era ver televisão para também poder comentar sobre os desenhos animados de que os seus amigos tanto falavam.

6.7 Chuvas destroem 70 casas em Tchicala-Tcholoanga

Angop...23-01-07

Setenta casas destruídas, uma ponte e cinco mortes por descargas eléctricas é o resultado dos prejuízos causados pelas chuvas de Outubro de 2006 a 23 de Janeiro deste ano, no município de Tchicala-Tcholoanga, a cerca de 45 quilómetros da cidade do Huambo, revelou hoje à Angop o administrador local, José Manuel dos Santos. O desabamento das residências, construídas em adobes e na sua maioria cobertas de capim e chapas de zinco, deixou desabrigadas cerca de 350 pessoas, que clamam por apoio urgente do governo. José Manuel dos Santos fez saber que os bairros Gika, Canata e outros da periferia da vila de Tchicala-Tcholoanga são os que apresentam maiores prejuízos. Uma moradora conhecida apenas por "Nonjamba", mãe de sete filhos, perdeu a sua casa em Dezembro último e actualmente está a residir em casa de parentes com apenas um quarto e sala. "A situação está difícil e pode causar muitos problemas de saúde nesta altura em que a cólera se está a espalhar. Precisamos da ajuda do governo com urgência", solicitou.

Preocupado com o rumo que a situação está a tomar devido as contínuas chuvas que se abatem naquele município, o administrador local afirmou ter já solicitado a intervenção das instâncias superiores, aguardando por um "feed-back" para acudir os sinistrados.

O município de Tchicala-Tcholoanga tem uma população estimada em 197.080 habitantes, na sua maioria camponeses, que recebem por baixos níveis de produção, devido ao excesso de água que as terras recebem com as chuvas..

6.8 Sete centros de acolhimento para duas mil famílias

Angop...27-01-07

Sete centros de acolhimentos provisórios serão construídos na província de Luanda para beneficiar cerca de duas mil famílias afectadas pelas enxurradas, anunciou o governador provincial.

Job Castelo Capapinha falava numa reunião de concertação com membros da comissão nacional de

protecção civil.

Explicou que por falta de espaços para a criação de centros de acolhimentos as famílias desalojadas dos municípios da Ingombota e Maianga serão colocadas em locais a erguer na periferia.

Adiantou que serão criados centros nos municípios de Cacucaco, Viana, Sambizanga, Rangel, Cazenga, Samba e Kilamba Kiayi, dois deles com capacidade para 400 famílias e os restantes cinco para 200. Calcula-se que cada agregado familiar tenha, em média, cinco pessoas. Disse haver orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, para a concluir "o mais urgentemente possível" os centros de acolhimento para diminuir o sofrimento das populações mais afectadas.

O governador de Luanda informou que foram criadas condições nas administrações municipais para o atendimento com celeridade das questões que vão surgindo, mediante processo de assistência menos burocráticos.

Reconheceu haver ainda insuficiência de tendas, chapas de zinco, alimentos e condições de assistência médica e medicamentosa, mas que deverão ser ultrapassadas proximamente.

Job Capapinha afirmou que a par do programa de assistência as vítimas o governo da província vai melhorar a situação de saneamento básico nas zonas mais afectadas, ao mesmo tempo que continuará a implementar as acções constantes no plano de acção 2007/2008.

O porta-voz da comissão nacional de protecção civil solicitou a apresentação urgente dos planos operativos para permitir intervenções pontuais e defendeu maior racionalização das ajudas as populações necessitadas.

6.9 Construção de duas mil casas na luta contra as calamidades

Angop...27-01-07

O Governo orientou a construção de duas mil residências no âmbito da execução do Plano Geral contra as Calamidades Naturais, enquanto a Comissão Nacional de Protecção Civil trata do acolhimento das pessoas sinistradas pela chuva, a nível dos municípios da província de Luanda, sobretudo a sua reinstalação em sítios seguros.

Esta informação foi prestada sexta-feira pelo porta-voz da comissão, Eugénio Laborino, no final de uma reunião do órgão, realizada em Luanda, destinada a rever o plano de emergência de assistência às pessoas sinistradas pela chuva.

O responsável acrescentou que a Comissão Nacional de Protecção Civil considera insuficientes os dez milhões de dólares disponibilizados inicialmente pelo

Governo, para apoiar as pessoas sinistradas pelas calamidades naturais no país.

Mas, ressaltou, depois de avaliadas as situações e porque todos os dias aparecem problemas, já que não se deve apenas ver a questão de Luanda, mas de todo o país e com contribuição dos governos provinciais, que têm estado a fortalecer este plano, "pensa-se que este orçamento não cabe".

"Nós queremos fazer um plano realista, partindo dos primeiros indicativos, dos 10 milhões de dólares, mas pensamos que este montante não chega para cobrir as situações", reafirmou, evocando terem sido orientados para fazerem um trabalho aprofundado e em 48 horas apresentar-se um plano concreto e realista.

O encontro, decorrido numa das salas do Ministério do Interior, foi presidido pelo titular deste pelouro, Roberto Leal Monteiro "Ngongo", que coordena a comissão, e participaram do mesmo os ministros da Assistência e Reinserção Social, da Comunicação Social, das Pescas, Indústria, Energia e Águas, Petróleos, Urbanismo e Ambiente, respectivamente, João Baptista Kussumua, Manuel Rabelais, Salomão Xirimimbimbi, Joaquim David, Botelho de Vasconcelos, Desidério Costa e Sita José.

Na reunião, que durou cerca de quatro horas (das 18h00 as 22h00), estiveram igualmente os titulares dos sectores da Cultura, Agricultura e do Desenvolvimento Rural e do Comércio, respectivamente, Boaventura Cardoso, Pedro Canga e Joaquim Icuma Muafuma, assim como os vice-ministros da Saúde e do Planeamento.

Esta reunião foi seguida de uma outra, também orientada pelo ministro Roberto Leal "Ngongo", em que participaram apenas os técnicos que trabalharam na elaboração do referido plano de emergência, que se prevê ser submetido na próxima reunião do Conselho de Ministros para aprovação

6.10 Zango: de solução a desilusão

Angolense...27-01-07

Numa ronda efectuada pelo Angolense, no município de Viana constatou-se, por exemplo, que na estrada de Catete, os automobilistas encontram maiores dificuldades no sentido ascendente: Viana-Luanda. A via, encontra-se totalmente inundada com charcos, lama impedindo que os carros circulem com regularidade. Como resultado os taxistas decidiram fazer rotas curtas. Em face da situação, os habitantes que têm de chegar ao serviço mais cedo possível, a solução é marchar

Fruto das enxurtadas que assolaram a cidade capital, na segunda-feira, 22, as coisas tornaram-se complicadas

para os munícipes de Viana. Algumas vias de acesso ao centro da cidade ficaram bastante inundadas. O município não registou vítimas mortais, mas houve danos incalculáveis, segundo confirmou ao Angolense fonte da administração local. Sobretudo na zona do Zango onde houve desabamento de tecto em algumas residências. Em função desta situação a administração local está a estudar estratégia que visa acomodar aqueles populares. Os pontos mais críticos de Viana são os bairros da Regedoria, Estalagem, Capalanca, Vila Nova e o projecto Morar Viana II, vulgo Luanda Sul, onde a água "invadiu" residências.

A enxurrada deixou grandes tarefas à administração, sobretudo na sede do município, sendo que o maior problema é a destruição total do asfalto da estrada que liga a zona do Luanda Sul. A escassos metros da administração a chuva deixou uma ravina que está a causar transtornos aos automobilistas. O cenário não foge à regra nas cercanias da Igreja Católica, a via que recentemente beneficiou de obras de "tapa buraco" voltou a ser um charco. O bairro Regedoria, um dos mais antigos da cidade satélite, também não foi poupado, uma vez que treze casas adjacente à padaria local, viram os tectos voar e a destruição de alguns bens.

Pascoal Afonso, vítima da chuva, disse que a descarga de "São Pedro" danificou boa parte dos electrodomésticos de casa. "Não contava que a chuva causaria estes danos", disse.

Na mesma condição está Eva Parente, que depois de ver tudo destruído teve de ir refugiar-se à casa de uma irmã, porque além da destruição dos bens, a residência ficou totalmente inundada, segundo contou.

Consequências

Essa situação caótica é o grande transtorno aos trabalhadores, por exemplo na quarrafeira, 24, os cidadãos tiveram sérias dificuldades para chegar aos locais de trabalho e houve mesmo quem tentasse sem êxito, para além das filas intransitável de carros. Como é comum dizer "a desgraça de uns é alegria dos oportunistas", em situações difíceis há sempre quem tire proveito, como é o caso dos candongueiros, que, conhecendo bem a situação, encurtam as rotas e encarecem os preços. Anteriormente as coisas eram vistas com os preparativos da quadra festiva, repete-se agora sem que as autoridades competentes tomem alguma medida, o certo é que a população se sente agastada com mais esta situação, como nos conta José Baião das dificuldades que teve para chegar ao local de trabalho, moradora na zona das 500 casas e funciona num dos armazéns do São Paulo.

"As coisas nos últimos dias têm sido difíceis para mim, visto que os estragos da chuva têm causado transtornos para chegarmos ao serviço. De tanto andar a pé, corremos o risco de contrair doenças", disse.

Por sua vez, Marco Tiago disse que viver em Luanda é estar diante de situações tristes, como é o do engarrafamento. "As coisas não estão fáceis, foi difícil chegar ao trabalho. Dei muitas voltas e além disso tive de apanhar vários táxis, porque eles estão a fazer linhas curras, saíam da Estalagem até ao Grafanil Bar pediam 50 kwanzas, do Grafanil ao BCA a mesma coisa. Habitualmente, para fazer esta rota pago 50 kwanzas. O mais complicado é que depois de descobrirem que a via está engarrafada já não aceitam chegar ao destino. A corrida subiu exorbitantemente por causa da chuva. As estradas não estão boas, estão todas alagadas e cheias de buracos. Um trajecto que se fazia em 30 minutos, hoje é feito em duas ou três horas na estrada porque saí de casa às 6 horas e cheguei ao local de trabalho por volta das 9 horas. As paragens estavam cheias e mesmo assim muita gente andava a pé. Há quem ainda preferiu deixar a viatura ao longo da via para marchar, procurando chegar cedo ao serviço.

Com esta situação a maioria das operadoras de autocarros públicos diminuíram a frota devido as avarias dos veículos e ao péssimo estado das vias. Para além dos buracos já existentes nas vias, as chuvas destruíram o tapete de asfalto em muitas estradas, deixando-as completamente inundadas. O maior receio reside agora no "deixa andar" habitual para aqueles casos que precisam de uma intervenção urgente, porque, segundo, alguns órgãos de informação, o Instituto Nacional de Meteorologia (INAMET), Luanda ainda vai voltar a receber enxurradas, com níveis superiores aos habituais por estas paragens. Situação que pode contribuir para o aumento dos casos de cólera, malária, de doenças respiratórias, e de outras que ocorrem com mais frequência na estação quente.

7 SERVIÇOS BÁSICOS

7.1 Confinados no mundo da podridão

A Capital...13-01-07

O número 13 é simbólico para a população da Boavista, bairro suburbano de Luanda. O mês de Fevereiro também. Foi no dia 13 de Fevereiro que se registou o primeiro caso da epidemia de cólera que ainda hoje fustiga os angolanos. Era apenas uma segunda-feira. Mesmo assim o azar assumiu a identidade da cólera, invadiu a casa de Francisco Fernandes e matou a sua sobrinha de nove anos de idade. A doença espalhou-se de imediato pelo bairro inteiro e, dele, para todo o país.

Um ano depois Francisco e outros moradores da Boavista continuam assombrados pelo fantasma da cólera. Mostram-se preocupados com as obras a cargo da empresa Sonils, segundo os quais resultaram no bloqueio da vala de drenagem que antes desaguava no mar. Bastará, portanto, uma forte chuva para fazer a vala transbordar e transferir todos os detritos de que se reveste para o interior das casas dos 10 mil habitantes do bairro Boavista. Foi assim que em 2000 começou a epidemia de cólera. E disso que os desesperados moradores temem. "Se chover forte, vamos ter um problema ainda pior que o do ano passado", alertou Francisco Fernandes, em casa de quem deu-se o primeiro caso e a primeira morte por cólera. "No ano passado antes de tudo começar houve uma grande enchente, muitos de nós tiveram que abandonar as suas casas". E quem não abandonou pagou bem caro as consequências de tal decisão.

A Sonils não parou com as obras. A empresa investiu 22 milhões de dólares para o alargamento da sua ponte cais numa extensão de 400 metros.

Porém, a medida que a empreitada avança, os moradores do subúrbio da Boavista ficam cada vez mais próximos da vala de drenagem repleta de água esverdeada e pestilenta. Naquele mar de podridão, dejectos humanos misturam-se com restos de comida. Crianças nuas e descalças correm inocentes à beira da vala, desconhecendo a dimensão do perigo que espreita.

Cinco passos separam a vala da porta da residência de Maria Helena. Em 2006, esta jovem de 22 anos teve de abandonar o seu casebre inacabado, refugiando-se em casa de uma irmã na sequência das cheias. Escapou, assim, da fúria da cólera. Desta vez ela acredita que não terá a mesma sorte. Como os demais habitantes, ela diz-se consciente de uma dura realidade: "desta vez, o pior só não aconteceu por que não choveu", explicou.

"Estamos a passar mal com essa vala e com esse cheiro a podre", completou.

A moradora Maria Helena contou que dias existem, inclusive, em que os moradores ficam trancados em casa para fugir do mau cheiro que desaconselha, a quem não esteja ainda habituado, uma permanência de mais de dez minutos sob pena de se poder enfrentar violentas náuseas. "Temos medo que aconteça o mesmo que aconteceu no ano passado", alertou a jovem senhora.

A VIDA CONTINUA

Entre as obras da Sonils, o cheiro nauseabundo e a vala de drenagem o bairro da Boavista continua a ser o mesmo de sempre: um emaranhado de habitações precárias, onde seres humanos coabitam com o lixo que eles próprios produzem. Mantém-se, também, os vestígios dos estragos que a cólera fez. Na zona do Caranguejo, a residência do casal Pedro e Lálá permanece fechada como se estivesse a contar a triste história passada por dentro daquelas quatro paredes. Todos os seis ocupantes acabaram por falecer, em Fevereiro de 2006, mortos pela cólera.

"A água do mar que estão a tapar continua a nascer por baixo das nossas casas", queixou-se Bia Jaime, enquanto segurava o seu recém-nascido ao colo. "Eles estão a tapar tudo e nós é que sofremos",

Alguma lição, o Governo parece ter aprendido, Ao menos os moradores da Boavista já podem respirar de alívio por deixarem de depender de lagoas, muitas delas contaminadas, para as necessidades quotidianas de água.

O próprio Governo Provincial de Luanda (GPL) desistiu da distribuição de água potável através de camiões cisternas e optou pela construção de 13 chafarizes ao largo e ao comprido do bairro. "Já não nos queixamos da água potável", comentou Maria Helena. "Temos água todos os dias".

Foi preciso a cólera ceifar muitas dívidas para que as autoridades investissem na distribuição de água potável para os populares da Boavista. A água, desses chafarizes, é comercializada ao preço de 5 kwanzas. Paga-se esse valor para encher um alguidar, um balde de 25 litros ou um tambor de 100 litros,

"É apenas simbólico", comentou Mona Eduardo, identificado como estando ao serviço do coordenador do bairro, António Gama, ele que instituiu as cobranças. "Mesmo assim estamos satisfeitos, antes passávamos mal com a água das cacimbas", atestou Alberto António, de 18 anos de idade.

7.2 "É impossível avançar datas para a erradicação da cólera"

A Capital...13-01-07

Em Fevereiro a epidemia de cólera vai completar um ano. Este prolongamento aconteceu contra todas as expectativas do Governo ou era algo previsível e, ao mesmo tempo, inevitável?

Tecnicamente, podemos dizer que era previsível. Chegamos à conclusão de que não havia capacidade técnica de dar água potável a toda a população porque existem bairros praticamente inacessíveis. Então, tecnicamente justificava-se. Só quando conseguirmos dar água potável para toda a população, aí sim vamos conseguir evitar a cólera. Agora, está claro que, socialmente, é preciso que a população saiba que deve ter cuidados mínimos de higiene. A água que eles utilizam, devem torná-la potável, fervendo ou utilizando as substâncias químicas que temos distribuído. Mas, até lá, é necessário algum tempo. Portanto, a força da cólera tem mais a ver com as dificuldades de saneamento do meio do que propriamente com as carências da rede hospitalar?

É exactamente isso. Em relação à questão técnica, no sentido dos técnicos tratarem correctamente os doentes, podemos demonstrar com os dados que temos fornecidos que estamos bem. A taxa de mortalidade é muito baixa. Há muitos mais infectados, que são tratados e regressam saudáveis às suas casas, do que mortes.

Qual é exactamente o quadro da epidemia pelo país?

Continuamos com a preocupação nas províncias de Benguela, Huambo e Uíge e alguns casos que têm aparecido aqui em Luanda. Portanto, de uma maneira geral, a epidemia está bem controlada. Só que precisamos de a erradicar. Recordamos que partimos de um caso para termos hoje mais de 67 mil.

O desafio da erradicação é atingível a curto, médio ou a longo prazo?

Temos duas vertentes. A primeira diz respeito à sensibilização da população. Contamos ter essa fase terminada quando conseguirmos sensibilizar toda a população angolana. A segunda abrange a distribuição de água potável. É o que digo: o sistema de abastecimento aos bairros é tão complicado que não é fácil resolver por esta via. Era bom que apostássemos mais no sentido da sensibilização para que as pessoas só bebam a água quando tiverem a certeza de que ela está tratada.

Há, sabemos, alguns esforços nesse sentido. Estão a surtir o desejado efeito?

Surtiram grandes efeitos. Foi graças a esse esforço que se reduziu a contaminação. Veja que tínhamos 600

casos por dia em todo o país, no mês de Abril, e com isso baixamos rapidamente para 50 casos por dia e penso que ainda baixamos mais. O facto é que surtiu efeito graças à esse sistema.

De qualquer modo, ainda não me disse qual o horizonte temporal para que a epidemia seja erradicada?

Diria que precisamos de erradicar, precisamos de fazer este esforço. Mas avançar datas não é possível. Isso depende também da evolução do comportamento da população face aos mínimos cuidados com a higiene individual e colectiva. Esse comportamento social é muito complicado. Portanto, assim não é possível avançar datas.

A população colabora pouco, é isso que quer dizer?

Há uma colaboração grande, mas se houvesse total já a teríamos erradicado. Isto é um processo, fica difícil dizermos onde há mais dificuldades. Mas, de uma maneira geral, posso dizer que o problema está na transmissão da mensagem. A mensagem não está a atingir correctamente a quem deveria consumí-la. E aí onde está a grande dificuldade. Precisamos de fazer correcções. Significa que nem todos ouvem rádio e os que ouvem não entendem. Precisamos de alguém na comunidade que oriente para o cumprimento daquilo que se diz nas rádios, televisão e jornais. E essa filosofia da transmissão de conhecimento e da informação que deve ser afinada.

São apenas projectos ou isso começa já a ser implementado?

Já começamos a implementar isso desde o dia 19 de Fevereiro, quando fomos ver o primeiro caso. Portanto, já implementamos localmente, provincialmente e, depois, espalhamos estas mensagens, estas técnicas, ~sses projectos por toda a nação. É por isso que hoje todas as províncias têm estoques para a luta contra a cólera. Se ela voltar a aparecer, eles farão a cobertura. Há técnicos treinados, há equipas no terreno que podem ser movimentadas. Em relação a isso não temos problemas.

Mantém-se o mesmo raciocínio relativamente ao uso da vacina para o combate contra essa epidemia?

Tecnicamente, a OMS não recomenda. Quando se fala da vacina a questão não é só vacinar. Há que se ver e avaliar se entre 100 vacinados, por exemplo, quantos é que ficam imunizados. Quando é que não se vão infectar uma vez expostos ao bacilo. Pode-se falar em desenvolvimento social quando temos a população a ser fustigada por uma doença que, em princípio, pode muito bem ser evitada? O desenvolvimento social existe. Hoje pode ver na rua que aumentou o número de carros e isso é, justamente, o desenvolvimento económico. Podemos ver que o nível de vida de muita gente aumentou. A pobreza de há cinco anos não é a mesma. Hoje os índices de pobreza estão a reduzir.

Agora, não estão é a ser desenvolvidos com a velocidade que cada um necessita que fosse imprimida. Mas estão mesmo a ser desenvolvidos.

7.3 Chuvas fortes causam mortes

Folha8...20-01-07

Cerca de dez pessoas morreram e uma está dada como desaaecida segundo um balanço provisório dos serviços nacionais de bombeiros relativamente à chuva torrencial que caiu no dia 17, sobre a cidade de Luanda. O porta-voz dos bombeiros, Faustino Sebastião, disse que as fortes chuvas provocaram ainda o desabamento de mais de 20 casas na zona de Benfica, no município da Samba.

"Durante a nossa operação pudemos salvar cinco crianças, duas que se encontravam no interior de uma casa inundada e três no telhado", disse, acrescentando que muitos populares perderam todos os haveres.

"Na altura em que caiu a chuva, muita gente encontrava-se nos locais de trabalho e só as crianças estavam em casa, pelo que muitos populares perderam todos os seus haveres", salientou.

Os municípios da Samba, Cazenga, Ingombota, Sambizanga e Maianga foram os mais afectados, tendo registado o desabamento de várias casas.

As chuvas também provocaram a destruição da ponte que ligava as comunas de Neves Bendinha ao Palanca, no município do Kilamba Kiaxi, a interdição da 5ª Avenida e de ruas da comuna do Ngola Kiluanje, no município do Cazenga, bem como a queda de várias árvores.

O Governo Provincial de Luanda reuniu-se de emergência para delinear um plano de apoio aos sinistrados e reparação das zonas mais afectadas. Segundo o governador Job Kapapinha, o seu executivo tudo vai fazer para minimizar os efeitos nefastos das enxurradas.

7.4 Administração da Samba apoia vítimas das Chuvas

Angop...20-01-07

A Administração Municipal da Samba começou hoje um processo de apoio aos familiares das vítimas mortais causados pela chuvas que se abateram em Luanda no dia 17 de Janeiro. Aos familiares foram distribuídos nesta primeira fase, ajudas financeiras, cujos montantes não foram revelados, a fim de cobrirem alguns gastos na realização das últimas cerimónias fúnebres, acontecidas hoje no cemitério da Camama.

Consta do programa da administração, para a segunda fase a entrega de chapas de zinco, roupas usadas, colchões e outros bens de primeira necessidade, a todas

os sinistrados.

De acordo com o administrador municipal, Pedro Mayembe que coordena a comissão multi-sectorial para as calamidades naturais da Samba, naquela localidade os danos foram maiores porque as pessoas fizeram obras em zonas de "linha de água".

A localidade é "fustigada" com enormes quantidades de água que escoam dos municípios do Kilamba Kiaxi, Maianga e da vala Senado da Câmara, lembrou. O município da Samba tem um saldo de dezanove mortes e 12 desaparecidos em consequências das últimas chuvas.

A administração tem igualmente o registo do desabamento parcial do morro da Samba, corte da circulação rodoviária em alguns troços, residências submersas a nível do mar e outras em alto risco de desabamento.

7.5 Mais de duzentos casos de cólera registados em Luanda

Angop...23-01-07

Duzentos casos de cólera, dos quais cinco óbitos, foram registados, de 01 a 22 deste mês, em Luanda, disse hoje à Angop a directora provincial de Saúde Pública, Isilda Neves.

Acrescentou que com as últimas quedas pluviométricas, o número de pessoas infectadas pode crescer.

Entretanto, o vice-ministro da Saúde, José Van-Dúnem, assegurou hoje que para se fazer face a esta situação, as autoridades vão aumentar a oferta de água potável às populações residentes em zonas sinistradas pelas chuvas.

Segundo o governante, que se mostrou consternado com o que aconteceu à várias famílias em Luanda e não só, devido as chuvas, houve desarticulação dos sistemas normais de oferta de serviços, por isso deve-se reforçar as medidas de saneamento básico do meio, para se evitarem doenças como diarréicas agudas, malária, entre outras.

Entretanto, apela à população para o reforço das medidas de higiene pessoal e colectiva, bem como desinfetar a água para beber com cinco gotas de lixívia em cada litro.

Acrescentou que membros da Comissão Nacional de Luta contra a Cólera visitaram, segunda-feira, os principais hospitais da capital e constataram não haver grande afluxo de pessoas acidentadas durante as chuvas.

"A situação nos hospitais do Prenda e Josina Machel era bastante calma. Apenas foram registados três casos no Américo Boavida e um na pediatria", sublinhou.

7.6 Sector de energia e águas cria modelo de gestão dos sistemas municipais

Angop...23-01-07

Um novo modelo de gestão dos sistemas de fornecimento de energia eléctrica e água nos municípios da província do Huambo será implementado ainda no decurso deste ano pela direcção provincial de energia e águas. De acordo com o director provincial da Energia e Águas, Adolfo Elias, o referido modelo vai funcionar, numa primeira fase, nos municípios de Longonjo, Ukuma e Tchijenje.

Em declarações à Angop, o responsável salientou que o projecto visa auto-sustentar os sistemas de energia e água dos referidos municípios. Para o efeito, serão criadas brigadas compostas por seis pessoas cada, para operarem e fazerem a manutenção dos sistemas. Segundo ele, das 37 comunas controladas na província do Huambo, 15 beneficiam de sistema de captação e tratamento de água canalizada, faltando outras 22 localidades, desta região.

Disse estar em curso a reabilitação do sistema de captação e tratamento de água canalizada nos municípios do Mungo, Bailundo e na comuna de Lunge (Bailundo), além da cidade do Huambo. Explicou estar previsto, para o biénio 2007/2008, o arranque das obras de reabilitação e construção dos sistemas de captação e tratamento de água nos municípios de Tchicala-Tcholohanga, Katchiungo, Londuimbali e na comuna de Alto-Hama (Londuimbali).

7.7 Administrações municipais de Luanda recebem carros de sucção

Angop...23-01-07

Os municípios do Cazenga, Kilamba Kiaxi, Viana, Cacuaco e Samba foram hoje beneficiados com duas viaturas de sucção cada um, para permitir a realização de operações pontuais nas comunidades. Há duas semanas tinham sido contemplados já os municípios da Ingombota, Maianga, Rangel e Sambizanga.

Os meios, entregues numa cerimónia presidida pelo governador da província de Luanda, Job Capapinha, serão utilizados na eliminação de charcos resultantes das enxurradas de segunda-feira, que alagou a maioria

das artérias da capital, sobretudo, nas zonas periféricas. Paralelamente, as administrações municipais estão a ser dotadas de pás-carregadoras, moto-niveladoras e retro-escavadoras, para trabalharem no arranjo das vias..

7.8 Autoridades receiam surgimento do surto de cólera na Boavista

Angop...24-01-07

As autoridades administrativas do município da Ingombota receiam o surgimento de um surto de cólera no bairro da Boavista, devido à existência de grandes quantidades de lixo arrastado pelas águas, como resultados das últimas chuvas registadas segunda-feira em Luanda. De acordo com a administradora municipal, Suzana Augusto de Melo "Zani", os resíduos sólido, proveniente do maior mercado do país, Roque Santeiro, foram arrastados para o interior do bairro. Esta preocupação foi manifestada hoje durante um encontro de emergência com chefes de secção municipal de diversos sectores representados na circunscrição. Fase a situação, acrescentou a administradora, orientou-se aos responsáveis e técnicos municipais da saúde no sentido de recrutarem agentes sanitários, para a mobilização massiva da população sobre os cuidados de higiene a observarem contra as doenças.

Suzana de Melo apelou, por outro lado, a solidiedade institucional dos responsáveis dos vários organismos junto a administração municipal em prol das populações sinistradas pelas chuvas. Em 2006, um surto de cólera assolou o bairro da Boavista causando algumas mortes..

7.9 Dos Santos solidário com as vítimas da chuva

Angop...25-01-07

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, manifestou, quarta-feira, profunda consternação perante os acontecimentos provocados pelas chuvas torrenciais que se abateram sobre a cidade de Luanda, em particular, e nas zonas centro, norte e leste do país.

O estadista exprimiu a sua solidariedade, em Luanda, para com os familiares das vítimas desta catástrofe natural, concretamente àquelas que perderam os seus ente-queridos e que se encontram em situação difícil por terem ficado privadas dos seus abrigos e haveres.

José Eduardo dos Santos orientou os órgãos centrais do Governo e o da província de Luanda para a tomada de medidas imediatas, bem como de médio e longo prazos, no sentido de socorrer e prestar assistência às vítimas, evitar o agravamento do impacto das actuais enxurradas e prevenir situações análogas no futuro.

Neste sentido, o governante instruiu o Conselho Nacional de Protecção Civil a reunir-se de imediato, tendo para o efeito delegado poderes ao Ministro do Interior a fim de que o referido conselho elabore o Plano de Emergência e um Programa de Contigência.

7.10 Comissão de Protecção Civil e GPL empenhados na aplicação do plano emergência

Angop...25-01-07

A Comissão Nacional de Protecção Civil (CNPC) e o Governo Provincial de Luanda (GPL) estão empenhados na celeridade da aplicação do plano de acção de emergência, visando a acomodação da população sinistrada pelas chuvas em centros de acolhimento nos municípios mais afectados. Em declarações quinta-feira à imprensa, no cemitério da Santa Ana, momentos após a deposição de uma coroa de flores em homenagem aos luandenses já falecidos, o governador de Luanda, Job Capapinha, disse que só depois da acomodação dos sinistrados nos centros de acolhimento será possível ter um quadro mais presente, para se identificar o que se passou, o número real de mortes e desaparecidos. Sem precisar o número real de vítimas mortais da tragédia, confirmou a descoberta, está manhã, de mais dois cadáveres, no município de Cacucão. De acordo com o governador, o 431º aniversário da fundação da cidade capital está a ser comemorado com um significado particular, por este ano ter coincidido com o momento das enxurradas que vitimaram muitos luandeses.

Desta maneira, disse, homenageamos primeiro os que pereceram agora por ocasião das chuvas e só depois todos aqueles que por Luanda se bateram ao longo destes anos todos. A cerimónia contou com a presença de membros do Governo, deputados, oficial superior das Forças Armadas Angolana (FAA), Polícia Nacional e representantes de partidos políticos..

7.11 Mau estado da rede afecta qualidade de água

Jornal de Angola...28-01-07

O director do Gabinete de Comunicação e Imagem da Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL), Dilson Cunha, avançou que a água consumida em Luanda apresenta as qualidades exigidas pela Organização Mundial da Saúde, motivo pelo qual à empresa foi outorgada, em Dezembro último, um troféu relacionado com a “qualidade da água”, num evento realizado em Londres. “A água é analisada em laboratório, antes de ser distribuída ao público consumidor”, diz o interlocutor,

para quem a produção da água cumpre com todos os requisitos, porque “a água sai bruta do rio e, até a saída da estação, apresenta-se com boa qualidade, chegando, às vezes, sem a devida qualidade às residências devido ao mau estado das condutas”.

Segundo Dilson Cunha, a rede apresenta-se cansada por causa do tempo, facto que leva a EPAL a pedir aos populares a colocarem algumas gotas de lixívia ou ferver a água, antes de a consumir, mormente naquelas zonas que se encontram distantes das estações de tratamento de água.

Como disse o director de Comunicação e Imagem, os populares que residem próximo das estações de tratamento não precisam ferver ou colocar lixívia na água porque o líquido ainda se apresenta conforme as exigências internacionais. Para evitar que as pessoas continuem a consumir água imprópria e com origem duvidosa, vendida por camiões cisternas e tanques, a EPAL fez, durante o ano passado, investimentos naquelas áreas desprovidas de rede de canalização ou cujas condições não permitem a instalação desta rede, tendo construído cerca de duzentos fontanários. Dilson Cunha advoga que a EPAL está bem, em termos de produção de água potável, mas “não muito bem em termos de distribuição, por falta de uma boa rede, por isso pretendemos, este ano, estender a rede de distribuição de água potável em 120 quilómetros, para os municípios de Viana, Cazenga (Mulemba) e Benfica”.

Fez saber que o foco de infiltração de água imprópria na velha rede preocupa a EPAL, pelo facto de as redes técnicas (água, energia, esgoto) estarem no mesmo local e permitirem que, naqueles bairros com problemas de esgotos, como nas Bês, a água potável se misture com as águas dos esgotos. Para pôr cobro a tal situação, a EPAL faz deslocar, sempre que se registre tal situação, uma equipa para superar a avaria. Ainda sobre o estado arcaico da rede de distribuição de água, Dilson Cunha reco-nheceu a redução da pressão de água em algumas zonas de Luanda, motivo que faz com que alguns populares optem por um comportamento pouco comum de efectuarem escavações na canalização para obterem água. O interlocutor recorda que, no ano passado, quando se registaram os casos de cólera, a EPAL teve de criar mecanismos para melhorar a água em algumas zonas da cidade, como em Cacucão, Maianga e Sambizanga, onde foram construídos alguns fontanários. Em 2006, a EPAL construiu girafas nas zonas do Kassequel e do Benfica, para o abastecimento dos camiões cisternas, assim como aumentou os níveis de produção, com a conclusão do sistema 3, de 130 mil metros cúbicos para 216 mil metros cúbicos. A primeira fase da reabilitação parcial do sistema de água para Luanda, que deveria ser concluída na semana

passada, ainda decorre por causa das fortes chuvas que se abateram sobre a capital. Mais de 44 milhões de dólares serão empregues na construção de nove chafarizes no bairro Embondeiro, incluindo a rede de distribuição parcial, drenagem da água de descarga de fundo e de lavagem dos filtros da estação ETA, passagem hidráulica para drenagem de água ao longo da conduta DN 500 milímetros e drenagem de água nos chafarizes em Cacucaco, devido a natureza do solo, de tipo argiloso, de pouca infiltração de água nos poços rotos.

8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

8.1 Soltura dos amnistiados em cabinda

Apostulado...18-01-07

A justiça soltou em Cabinda 49 militares que estavam presos por crimes diversos cometidos durante a guerra que opunha as forças angolanas a separatistas locais.

O acto formal de entrega dos mandados de soltura ocorreu ontem na unidade penitenciária de Lândana, sede municipal de Caçongo, 75 km a Norte da capital da província petrolífera.

Presidiu ao acto, segundo o relato da Rádio Nacional de Angola hoje, o Procurador-geral das Forças Armadas Angolanas (FAA), João Maria, que recomendou aos amnistiados «uma reflexão profunda em relação à sua conduta de agora em diante».

«Todos os reclusos presentes são membros das FAA e a vossa integração nas FAA é para a defesa da integridade territorial e da soberania do nosso país e não para ficarem na situação em que se encontram», acentuou o mesmo magistrado.

O grupo libertado integrou oito elementos que estavam em detenção preventiva enquanto os restantes eram condenados espalhados pela unidade de Lândana (o grosso), Luanda e Namibe.

A ocorrência efectivou a amnistia acordada no Memorando de Entendimento para a Paz em Cabinda, assinado a 1 de Agosto de 2006 entre o governo angolano e o Fórum Cabindês para a Diálogo (FCD).

Nos termos do citado acordo, as forças de guerrilha controladas pelo FCD, o grosso proveniente da “FLEC-Renovada”, dissolveram-se no exército regular angolano.

A incorporação destas antigas unidades separatistas teve lugar há dez dias, encerrando as tarefas militares deste processo de paz, que começa agora a viabilizar o pacote político, com o cumprimento das cláusulas sobre a amnistia.

O pacote político prevê no essencial a concessão de um estatuto especial à Cabinda dentro de Angola, um estatuto que se deve traduzir de imediato na nomeação dos originários da província petrolífera em determinados postos da hierarquia do sistema.

8.2 Desarmamento da população, um imperativo nacional

Terra Angolana...20-01-07

Uma das recomendações mais pertinentes do Protocolo de Lusaka para a paz em Angola é o desarmamento da população civil, de forma organizada e fiscalizada. A tarefa consta das responsabilidades que o governo ainda tem por cumprir.

Hoje, 4 anos depois do calar das armas, o país conuua a ser um verdadeiro barril de pólvora com milhões de armas de fogo em mãos impróprias, ou seja da população. Dados das Nações Unidas apontam para perto de 2 milhões de armas e engenhos explosivos. Os esforços da polícia Nacional para o desarmamento, largamente publicitados, embora reconhecidos estão ainda longe de serem perceptíveis. Ao contrário a delinquência armada tem estado a aumentar, principalmente em Luanda. Com uma população armada até aos dentes começa a ganhar consistência o receio pelo interesse que se tem em manter essas armas em mãos impróprias. Contra quem são usadas as armas distribuídas pelo MPLA em tempo de guerra? Esta é a questão que muito se coloca. Na verdade o Mpla já promoveu várias campanhas cívicas, umas para o resgate dos valores cívicos e outras de sensibilização para o registo eleitoral, mas em momento nenhum falou do desarmamento.

Alguns observadores disseram num passado ainda recente que depois do desarmamento total da UNITA, o MPLA é em Angola a Única organização política que continua armada, porque não só, não desarmou a população civil, como mantém activa a Defesa Civil, um autêntico braço armado partidário.

É que a actividade desta milícia, na província de Benguela, por exemplo, está a causar danos imprevisíveis.

8.3 Amnistia nao abrange Raul Danda

Folha8...20-01-07

As notícias que chegam de Cabinda dão conta que o jornalista e porta-voz da Mpalabanda - Associação Cívica de Cabinda, Raul Danda, acusado no ano passado de cometer crimes de instigação, pode não estar abrangido pela Lei da Amnistia, que esta a ser implantada em Cabinda, ao abrigo do Memorando de Entendimento rubricado entre o governo e Bento Bembe. Tudo porque, pese o anúncio a 15.01, pelas autoridades governamentais da libeltação, para breve, de cerca de 50 ex-militares da FLECRenovada de Bento Bembe, por crimes contra a segurança do Estado, o potta-voz da Mpalabanda, considera o facto de

continuar a ser perseguido por elementos da Segurança do Estado, aliado ao facto de ser impedido de ler noticiários, na Rádio Nacional de Angola, numa ordem expressa de Eduardo Magalhães, actual director-adjunto da estação, por não pertencer ao MPLA e ao comité de especialidade dos jornalistas deste partido, levam Danda a não acreditar neste cenário. "Não se pode falar em amnistia e reconciliação nacional, quando todos somos obrigados a pensar a uma só voz e a bajular de forma igual as mesmas cores". Na sua opinião, os elementos da FLEC abrangidos na lei da amnistia pública da pela Assembleia Nacional. são aqueles, "tal como Bento Bembe se dispuseram a ser bocas de aluguer do regime, borrifando-se com as violações praticadas por alguns elementos das Forças Armadas e da Polícia Nacional".

E é isso que parece der deixado escapar, nas entrelinhas, também, o advogado Francisco Luemba, que defende os interesses do jornalista Raul Danda, ao afirmar "não termos recebido, até ao momento, qualquer tipo de notificação da parte da Procuradoria Geral da República, tão pouco do Tribunal Provincial, alterando o actual quadro de ilegalidade e abuso de poder, que envolveu o meu cliente". E talvez seja este quadro e a manutenção das convicções, que levam Raul Danda a estar na mira de algumas forças radicais do regime, avessas a diferença de opinião e pensamento.

"Tenho sentido, nos últimos tempos, alguns movimentos estranhos, mas como quem não deve não teme, estou tranquilo, sem no entanto baixar a vigilância e a precaução". Por outro lado, a soltura dos ex-militares da FLEC, abrange apenas os cidadãos que cometeram crimes no período compreendido entre 1975 a 30 de Setembro de 2006 e enquadra-se nas tarefas a serem cumpridas pelo governo e pelo FCD no âmbito da implementação do Memorando de Entendimento para a paz e reconciliação para o enclave de Cabinda.

O processo é igualmente abrangente aos cidadãos que cometeram crimes militares cujos processos se encontram em instrução, os criminosos acusados judicialmente e os condenados no âmbito do conflito regional. Não estão abrangidos neste processo de Lei da Amnistia os casos civis, de indemnização, as penas acessórias e de expulsão das Forças Armadas Angolanas. Recordar-se que Raul Danda foi acusado pelo Tribunal de Cabinda, alegadamente, por cometer crimes de instigação e apologia de crimes contra a segurança do Estado, sem nunca terem sido provados. Na altura, a Polícia local, justificou ter encontrado na pasta de viagem do jornalista, documentos que instigavam a população a revoltar-se contra o Memorando de Entendimento para a paz assinado por António Bento Bembe com o Governo, mas apenas exibiu publicamente e em juízo recortes de jornais,

publicados em Luanda.

8.4 Cabinda, onde para o estatuto especial?

Terra Angolana...20-01-07

A paz para Cabinda continua a ser arranjada. Nos últimos dias foram encerradas as principais bases de aquartelamento das tropas afectas a Bento Bembe. Vários militares e oficiais passaram desde então para as Forças Armadas Angolanas e para a polícia Nacional.

Observadores consideram ter sido mais um passo importante, embora sejam unânimes em reconhecer que o processo devia ser abrangente. Ao que tudo indica a exclusão da Flec de Nzita Tiago e de tudo quanto o Fórum Cabindês para o Diálogo original representa tem consequências negativas para o processo porque no terreno a luta continua. A contestação à Bento Bembe aumentou.

Debaixo deste emaranhado estão as autoridades angolanas que tardam em conceder o tão prometido estatuto especial para Cabinda. São desconhecidas as razões para tais adiamentos uma vez que oficialmente o governo prometeu conceder tal estatuto. O Ministro angolano da Administração do Território falando em Cabinda fez questão de sublinhar a necessidade das populações começarem a sentir os benefícios da paz que se alcançou.

CABINDA E A VISÃO DE NZITA TIAGO

O Presidente da FLEC Nzita Tiago afirmou em mensagem de fim de ano que "Cabinda é um território, uma cultura, um povo, uma nação e portanto um estado que na base do Tratado de Simulambuco apresentado por Portugal na conferência de Berlim onde foi aceite e reconhecido válido, colocou Cabinda sob protecção da Coroa Portuguesa e afastou os holandeses, franceses e ingleses da corrida pelo domínio do território".

De lá para cá disse, "o percurso tem sido tortuoso e penoso para todo o povo de Cabinda, e em particular para os nossos valorosos combatentes que não poupam esforços e colocam em risco as suas próprias vidas pela causa comum. Diante destes me inclino e peço aos caros compatriotas que reflectamos sobre os sacrifícios consentidos pelos mártires desta revolução".

Em relação ao ano de 2006 Nzita Tiago afirma na sua mensagem datada de 24 de Dezembro que "foi caracterizado por episódios até então nunca registados ao longo do percurso desta luta justa para os Cabindeses e os amantes da liberdade, paz, justiça e progresso; e tida como incómoda para os que vêem Cabinda no prisma de uma simples vaca leiteira da qual apenas interessa o produto que lhes dá".

O líder da FLEC vai mais longe ao identificar aquilo

que chamou de " as forças do mal" que na sua visão " entenderam que em Deus repousa a esperança do povo Cabinda, por isso tudo montaram para destruir o espaço que a maioria deste povo escolheu para adorar ao Senhor a Igreja Católica de Cabinda, submergindo-a numa crise jamais registada na história da Igreja Católica em Cabinda " lê-se no documento a que Terra Angolana teve acesso.

As potências mundiais, mormente: os EUA, França, Grã-Bretanha e Portugal, não foram poupadas de críticas, esta última tida como "potência protectora de Cabinda ", bem como a O.N.U e a U.A. que " têm o dever de velar pela aplicação do que está consagrado nas cartas das Nações Unidas e Africana sobre os direitos humanos e dos povos " mas que , " continuam a Ignorar ou pretendem ignorar que o povo de Cabinda vive uma depravação infligida pelo regime de ocupação do MPLA, que estas mesmas potências e organizações não toleram em outras partes do mundo; mas em Cabinda fazem vista grossa, porque o Governo de Angola, o perpetrador, detem o controlo dos recursos naturais do território e temem pelas represálias económicas, por parte de Angola, que constituem o seu maior interesse e não o povo de Cabinda ".

Em todo o caso, N zita Tiago que há mais de 40 anos vem lutando por Cabinda manifestou-se aberto ao diálogo com as autoridades angolanas, como aliás já o fez em 2004 na Holanda. " A saída de Helvoirt em 2004, privilegiamos o diálogo e apresentamos a nossa disponibilidade, como agora, de dialogar com o Governo de Angola com a assistência da comunidade internacional para encontrarmos uma solução política aprimorada do conflito em Cabinda; infelizmente, mais uma vez o Governo de Angola agiu como um colonizador intrépido que não olha a meios para manter o actual "status quo" e aproveitando-se do silêncio cúmplice da comunidade internacional forjou o dito Memorando de Entendimento que rubricou com os traidores cabindas " afirma a concluir.

Vale acrescentar que segundo informações de fontes afectas a FLEC FAC no dia 29 de Dezembro 7 soldados angolanos morreram durante uma emboscada na região de Buco Zau perto de Dinge. 10 outros ficaram feridos. As informações não falam de vítimas por parte dos atacantes.

8.5 Angola integra Conselho da Paz e Segurança da União Africana

Jornal de Angola...29-01-07

Angola foi eleita membro do Conselho de Paz e Segurança da União Africana para um mandato de três anos. A eleição aconteceu durante a sessão de ontem da Comissão Executiva preparatória da 8ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da organização, que começou ontem em Addis Abeba, Etiópia. Até 2010, Angola vai representar os interesses da região Austral do continente africano na União Africana, ao lado de outros 14 membros que compõem o Conselho de Paz e Segurança da organização. Angola, cuja missão começa em Março próximo, substitui a África do Sul no Conselho. A eleição de Angola ao Conselho de Paz e Segurança, de acordo com o ministro das Relações Exteriores, João Miranda, representa o "dinamismo que o país tem estado a empreender a nível internacional e resulta de um trabalho louvável, cujo mérito pertence igualmente à missão diplomática nacional junto da organização". João Miranda reafirmou que o facto de Angola ter sido eleita membro do Conselho de Paz e Segurança da União Africana não altera a sua posição em relação ao envio de tropas à Somália.

"Mantemos a nossa posição assumida publicamente de não enviar tropas à Somália, porque não temos condições para enviar tropas ao estrangeiro em função dos desafios de reconstrução que se apresentam para o país", reafirmou. Hoje, o primeiro-ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos, que ontem à tarde chegou a Addis Abeba, representa o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, na 8ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, que se realiza sob o lema "Ciência e tecnologia para o desenvolvimento". A presidência do Conselho de Paz e Segurança é rotativa por um período de um mês para cada um dos 15 membros, dos quais dez cumprem um mandato de dois anos e cinco de três. O Conselho de Paz e Segurança é, em conjunto com a Conferência da União, o Conselho Executivo, o Parlamento Pan-Africano, o Tribunal de Justiça, a Comissão, o Comité de Representantes Permanentes, os Comités Técnicos Especializados, o Conselho Económico, Social e Cultural e Instituições Financeiras, um órgão da União Africana. O conselho reúne um país de cada região do continente. O primeiro Conselho de Paz e Segurança da União foi eleito em 2004. No ano passado, os países que cumpriram um mandato de dois anos cessaram as suas funções, enquanto que em Março próximo os

países eleitos para um mandato de três anos terminam-no.

8.6 Angolanos de regresso ao País

Folha8...27-01-07

Na província do Uíge, cerca de 1. 232 refugiados angolanos residentes nas repúblicas Democrática do Congo e do Congo Brazaville retomaram nos últimos dias, no quadro do processo de repatriamento organizado, levado a cabo pelo Governo de Angola em colaboração com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). O director em exercício do Ministério da Assistência e Reinserção Social no Uíge, Simão António, revelou que este grupo foi já reassentado nas respectivas áreas de origem, nomeadamente nos municípios de Maquela do Zombo, Damba, Songo, Ambuila e Bembe, tendo na altura beneficiado de arroz, feijão, fuba de milho, óleo, kits de construção e outros meios para a sua subsistência durante os três primeiros meses. A chegada destes compatriotas nesta província está enquadrada no programa do repatriamento que o governo de Angola e seus parceiros levam a cabo, desde o dia 20 do mês de Junho.

Nesta província, responsáveis locais tem alegado encontrar algumas dificuldades na execução do processo de repatriamento através do posto fronteiriço de Kimbapi em Maquela do Zombo, devido à degradação das estradas, razão pela qual os retomados com destino ao Uíge tem passado por Mbanza Congo, na província do Zaire.

Outro grupo, acrescentou, é aguardado para o seu regresso a Angola nos próximos dias, existindo actualmente 7.650 angolanos controlados pelas autoridades da província do Uíge, a viverem nos dois congos na condição de refugiados.

Recorda-se que as sondagens realizadas pelo ACNUR em campos de refugiados indicam mostram que milhares de angolanos que se encontram a viver nos países vizinhos pretendem regressar ao país o mais rápido possível.

O repatriamento voluntário teve início em 2003 e mais de 300 mil refugiados angolanos regressaram ao país vindos dos países vizinhos.

Em 27 anos de guerra fugiram do país meio milhão de pessoas por altura do acordo de paz em 2002 calculava-se que viviam como refugiados nos países vizinhos mais de quatrocentos mil angolanos.

8.7 Politico busca caminhos para reconciliação

Folha8...27-01-07

O partido Social Democrático (PSD), vive há muito uma crise interna de liderança que resultou, no último congresso, com a queda do então presidente fundador, Bengui Pedro João e à ascensão do seu principal contestatário, Nzuzi Nsumbo, eleito por esmagadora maioria em Novembro de 2005.

No entanto a mudança, que deixa cair os privilégios, não foi bem aceite pelo derrotado Bengui, que se gaba de ter nove cartões de diferentes funções desempenhadas na estrutura dirigente do MPLA, avança com um acto de impugnação dos resultados, junto do Tribunal Supremo.

Entretanto, a nova direcção saída do referido congresso, que parecia imprimir uma nova dinâmica na condução dos destinos do partido, tem agora às costas, mais uma suspeição, 14 meses depois de ter prometido reverter o quadro sombrio da organização, de má gestão e desvio de fundos.

E neste fogo cruzado, o novo líder não tem tido sono, muito por culpa dos seus antigos lugares tenentes, aqueles que o ajudaram a tirar do poleiro, Bengui Pedro João, nomeadamente, José Teca, José Rocha e companhia, expulsos recentemente do partido, por alegados, actos de indisciplina.

Agora, numa conferência de imprensa, juraram "vingança" e tudo fazer para removerem Nzuzi do poleiro, a fim de devolverem o partido a uma nova direcção.

O caricato nesta história é o facto desta agremiação apagada, quanto a tomada de posições, que preocupam os angolanos e Angola, não desenvolver acções massas, tão pouco passar uma mensagem sobre o seu pensamento, em relação as grandes causas nacionais. Uma clara demonstração dos seus dirigentes estarem mais preocupados com o subsídio governamental a uma verdadeira luta para a tomada do poder.

Talvez no quadro desta visão se enquadrem as acções de Santos

Marial, antigo vice-presidente de Bengui Pedro João, ao manifestar a sua intenção de tudo fazer, para reconciliar os irmãos desavindos, independentemente, da decisão final do Tribunal Supremo, quanto a legitimidade ou ilegalidade do congresso de 14 de Novembro de 2005, que elegeu Nzuzi Sumbo.

"É necessário que a massa militante do PSD se reúna no sentido de evitar o desaparecimento da cena política da nossa organização, porque o que está a acontecer não é salutar para um partido como o nosso que tem uma dimensão grande e pretende, um dia, governar

este país", disse ao Folha 8. O surgimento de uma nova ala dissidente, aumenta a preocupação deste dirigente, pois ao que parece, as razões evocadas por Nzuzi Nsumbo e dos sancionados tem diferentes interpretações. "É uma ambição desmedida pretender assaltar o cargo de presidente do partido sem respeito aos estatutos, numa altura de crise. O comportamento destes nossos correligionários é indecoroso e não colhe", sublinhou, acrescentando não terem os dissidentes um projecto de liderança, até por ainda se aguardar, com bastante expectativa, a decisão do Supremo. "Tenho a plena certeza de a decisão do Tribunal Supremo vir a ser respeitada escrupulosamente, aliás é incontornável, e se alguém pretender desafiar este órgão de justiça, há-de sentir a mão pesada da mesma", afirmou.

Questionado se a sua afirmação pendia a uma dose de confiança de que a sentença do TS iria a favor da impugnação apresentada pela antiga direcção, Santos Marial evitou entrar em pormenores, limitando-se a responder: "vamos aguardar pela decisão". O antigo vice-presidente reconheceu que a existência de alas está a fragilizar o PSD e uma forma de a estancar, definitivamente, pode ser a responsabilização criminal dos indisciplinados e violadores dos estatutos. "Gostaria que houvesse uma responsabilização criminal para todos àqueles que pretendem directa ou indirectamente sabotar todo um projecto que foi criado com muito sacrifício. É preciso pois respeitar estes militantes que contribuíram para dar expressão ao PSD". Por esta razão convidou todas as partes 'desavindas a unirem-se em torno de um único denominador: a reunificação e reconciliação do partido, para a resolução de todas as desavenças. " Pessoalmente tenho uma boa relação com o senhor Nzuzi Nsumbo, com quem troco ideias sobre o nosso partido e o país.

O facto de haver um diferendo entre nós, não implica dizer que devemos fechar o diálogo sobre, mas sim, procurar conversar para que cheguemos a um entendimento em prol da nossa organização".

Para Marial é ainda preocupante a situação de algumas delegações provinciais, por alegadamente, Nzuzi Sumbo, que presentemente movimenta a conta bancária do partido, não transferir as verbas, correndo assim o risco de poderem fechar as portas, caso não se encontre uma saída. "Por ser necessário ultrapassar as divergências e criar laços de unidade de toda a família do PSD".